

SBA

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº2 • SEMESTRAL • MAIO 2021 • PVP 6,50€

06

MOINHOS DO MEU RECORDAR!

José d'Encarnação

14

SÃO BRÁS DE ALPORTEL E JOÃO DE DEUS

José Belchior

22

PRAÇA
OS PRIMEIROS AMORES

César Correia

28

SÃO BRÁS DE ALPORTEL E O PIONEIRISMO
DA MODERNIDADE

José Correia Martins

36

A ÚLTIMA FRONTEIRA

Dora Gago

38

A RABAÇA

Virgílio Martins

44

PRIMAVERA

Júlia Neves

48

IDA A BANHOS

Francisco Neves

52

O MUNDO DA ALFARROBEIRA
E DA ALFARROBA

José Amândio Afonso Pereira

62

UM CONCELHO DO ALGARVE CALCÁRIO

Gonçalo Duarte Gomes

71

BIBLIOTECA MUNICIPAL “DR. MANUEL
FRANCISCO DO ESTANCO LOURO”

Olga Gago & Teresa Oliveira

S B A

REVISTA DE CULTURA

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

EDIÇÃO Nº2 • SEMESTRAL • MAIO 2021

EM JEITO DE APRESENTAÇÃO

Alguém nos escrevia «Quero ver se não adormeço e passo logo pela papelaria para ficar com o nº 2». Garantimos que avisaríamos com tempo; mas este desabafo consubstancia, em nosso entender, o bom eco que teve o 1º número – pela oportunidade e qualidade do seu conteúdo. Estamos, pois, bem gratos pelo acolhimento recebido.

As apreciadas capas do n.º 01 e do n.º 02 de **S B A Revista de Cultura** são da autoria de José Amândio Afonso Pereira, nosso estimado colaborador. Homem com atividade profissional e cultural diversificada, tem uma vida de luta por ideais de um mundo melhor, conciliando trabalho e cidadania ativa com plurais manifestações de cultura. Viajante curioso, observador atento, construiu no monte paterno uma cidadela de cultura. As suas pinturas e desenhos constituem vasto património de que São Brás de Alportel se deve orgulhar.

De forma simples, mas deveras gratificante, queremos, pois, agradecer a todos os colaboradores que tornaram possível este sonho da edição em papel da **S B A Revista de Cultura**.

As inúmeras manifestações de agrado e de incentivo recebidas de vários quadrantes do Algarve repartem-se por todos. Só com um plural trabalho de equipa foi possível dar corpo a uma ideia que fervilhava há anos e cuja concretização veio preencher uma lacuna cultural em São Brás de Alportel. Ficamos satisfeitos.

E cá estamos de novo, a celebrar assim, à nossa maneira, a passagem de mais um aniversário do nosso concelho.

Depois de um relancear de olhos pelos moinhos e seu significado aqui e por esse Portugal além e as iniciativas levadas a cabo para os preservar como memória, evocam-se as óptimas relações que houve entre S. Brás e o celebrado autor da Cartilha Maternal, João de Deus. Uma evocação bem ilustrada e significativa.

«Ainda antes da hora, colado entre duas cantarias, esperava, pacientemente, as badaladas reveladoras do êxito da operação» – desta forma se conta, depois, uma cena dos 'primeiros amores', o encontro marcado para a meia-noite. Sedutor, esse retrato da Praça Velha!...

E quem diria que, nos primórdios do século XX, o concelho acabara de nascer, personalidades são-brasenses não tivessem ficado alheias ao movimento cultural

do País? Vale a pena recordá-las! Carlos Porfírio, José Dias Sancho, Roberto Nobre...

Pode estranhar-se a inclusão, de seguida, do conto «A fronteira». É que a sua autora, Dra. Dora Gago, são-brasense de gema, está em Macau e o conto relata, por conseguinte, uma das cenas que a sua imaginação connosco partilhou, tendo em conta o ambiente em que ora vive. Abre-se, assim, espaço, à narrativa de situações passíveis de ocorrer nos lugares da mui variada diáspora são-brasense.

Poderá parecer estranho que, num rol de textos de índole cultural *stricto sensu*, surja um sobre uma planta, ainda por cima venenosa! Tem essa inserção um duplo significado: é que entendemos por «cultura» não apenas as artes e as letras mas também as ciências, entre as quais, a Botânica se inclui. E, nesse caso, com maior razão, por se descreverem em pormenor as características físicas e as cautelas a ter em relação a uma planta da nossa serra, passível de ser confundida com algumas outras que são comestíveis. Numa altura em que se preconiza o retorno à Natureza e, por outro lado, o recurso a tantas plantas de uso comestível e medicinal que nossos avós tanto prezavam, este olhar atento que Virgílio Martins nos proporciona tem, numa revista de cultura, pleno cabimento. E muito lhe agradecemos esse novo olhar!

«Ó cuco, quantos anos me faltam para casar?» – um dos instantâneos presentes numa outra evocação, a da Primavera são-brasense!

E, claro, não podia faltar a história da ida a banhos. Como é que nesses primórdios do século XX, os são-brasenses iam à praia de Quarteira. Recordações boas!

A alfarroba e tudo o que se lhe refere mereceu páginas de excelente recorde descritivo. Estamos mesmo a ver toda essa azáfama. Não poderíamos deixar de aqui a retratar em pinceladas seguras e bem sugestivas. Para a história.

Era São Brás de Alportel “muito fresco e fértil de pão, de infinita caça e frutas” – esta, uma das eloquentes referências a que se terá acesso de seguida, no artigo que apresenta S. Brás como «Um concelho do Algarve calcário». Geologia e não só, como se verá.

Por fim, os 20 anos de profícua e mui eficiente actividade da nossa biblioteca municipal, rumo ao futuro, numa perspectiva de o mui saudável hábito da leitura chegue aos mais recônditos recessos do nosso concelho.

Os responsáveis pela edição

MOINHOS DO MEU RECORDAR!



*Moinho da Fonte da Murta - Entre o mato espontâneo e o azul límpido do céu
Foto de Vítor Barros*

Outrora como hoje, a quilómetros de distância, eles se impõem na paisagem do meu pensar.

Eu vinha à casa de trás, não era açoteia mas era como se fosse, e olhava para a banda dos Vilarinhos, espraíava o sonho por ali, a imaginar as gentes que moravam naquelas casas sempre impecavelmente caiadas de branco, se calhar, algumas de parentes meus que eu nem sequer conhecia...

Ao fundo, seria para noroeste, já quase para as bandas de Loulé (Loulé era para ali, não era?), os moinhos do Malhão. Sempre meu avô e meu pai

me falaram do Malhão; eu nunca lá fui e achava que era terra meio nos confins do mundo... Eu via-os do pátio da minha avó, no Cerrito. Quais fortalezas antigas, creio que nunca os vi de velas a rodar. Destoutro lado, mais para as bandas da Galheira, também havia um moinho. Sentinela, achava eu, a vigiar a serra que se estendia para além, bem cheirosa a giestas e medronheiros e... era um cheiro bom, imaginava eu!

Os moinhos da Fonte da Murta, esses é que estavam mais perto. Não tenho a certeza, mas

acho que, na década de 50, ainda os vi moer. Nunca lá fui, que a ladeira era íngreme, não carecíamos de mandar moer trigo, que o milho para as papas era a avó Bia dos Santos que o moía de mansinho, à mão, roda que roda, na mó aconchegada na seira de esparto...

Moleiros também nunca os vi, nesses períodos em que ia ao Corotelo de férias. Tive um colega de escola que se chama Cândido Pinto Moleiro; decerto, foram moleiros os seus antepassados e o nome da profissão deu em nome próprio, como amiúde acontece. Nunca os vi os da Fonte da Murta; imaginava, porém, como seriam, porque os via aqui, em Cascais, meio enfarinhados, os que vinham da Malveira, povoação espalhada, qual presépio, pela encosta meridional da serra de Sintra, em cujos cumes eu via – aí, sim! – velas a girar, a girar, pano em triângulo como o das caravelas dos Descobrimentos. Será que também eles, os moinhos, assim diante do Atlântico que lhes estava quase aos pés, será que gostariam de partir mar afora? Os da Fonte da Murta não me admiraria que tais sonhos acalentassem, porque dali bem adivinhavam a ria de Faro, além...

Jazem agora, sem velas nem tecto nem o madeirame interior que, por artimanhas ancestrais, transformava em horizontal o movimento vertical que o vento gostava de gerar. E as pesadas mós trituravam, trituravam...

Só mais tarde é que vim a saber por que é que, de um modo geral, os moinhos estavam dois a dois. Julgava eu que era para fazerem companhia um ao outro, que isso de estar no cimo da colina, ao sabor do feroz fustigar de vento, sempre era mais fácil de sofrer acompanhado que sem irmão por perto. Sim, a companhia prezava-se; mas as mós eram diferentes para objectivos

diversos: um para o rolão, outro para a farinha fina. Nessa altura, não havia questões dietéticas nem pruridos de modas e comia-se o pão de rolão porque não havia dinheiro para comprar o outro; e não se partilhava essa farinha grosseira com os animais, num saboroso alguidarinho de sêmeas para galinhas e porcos? Pão de rolão. O que hoje se diz, solenemente, pão integral. Não sei donde virá «rolão» – do que primeiro se apanha quando se rala o cereal? Talvez. Pois aos pares estão normalmente os moinhos. Os da Fonte da Murta estão.

E quando, agora, já septuagenário, eu os observo, fortes no seu redondo, assim construídos também para mais fácil o vendaval se roçar por eles sem os minar, além das recordações da infância ou, se calhar, por mor delas e por esta veia de prezar o património e ter olhos de museólogo impenitente, eu imagino como seria engraçado voltar a ver essas velas brancas a girar!

Do Cerrito só em condições atmosféricas excepcionais de vento noroeste é que as ouviria cantar, como se ouvem os dois ou três moinhos que nos encantam junto à A8 a caminho da Região Oeste. No forte girar das velas embarcariam sonhos, memórias e até – quem sabe? – a possibilidade de, na merenda do dia seguinte, haver panito quente com doce de marmelo ou mesmo banha de porco ou azeite do bom com açúcar amarelo, quem se ralava com isso?!... Que o ressuscitar dos moinhos tinha de implicar – oh! se tinha! – a reutilização do forno a lenha lá de casa, a aproveitar tojos e carrascos e esteva e sei lá o quê mais que o meu vizinho Zé Romão ia com o macho acarretar lá na serra!...

Esse halo quase mágico que se desprende dum moinho, sobretudo pela sua posição

altaneira, de senhores a dominar a paisagem. Como os faróis. A ambos imaginamos repletos de carisma, uns senhores que sabem dialogar com as tempestades, os trovões, os aguaceiros e nem os relâmpagos os assustam... O farol ainda está alto, mais franzino, poderia temer uma rajada maior; agora o moinho, o moinho tem paredes

bem sólidas e até o cavername – não é esse o nome, bem no sei, mas apetece-me chamar-lhe assim – na sua esbelta forma de cone fizeram-no de madeira resistente. Ai, temos o eixo e os varões das velas! Mas esses são finos e riem-se das cócegas das bâtegas e do bater estuporado do vendaval.

Ressurreição

Sim, de facto, dou comigo a imaginar amiúde como seria engraçado voltar a ver essas velas brancas a girar!

Por isso se criou a Molinologia, como ciência dos moinhos, mas, sobretudo, como ciência para preservar os moinhos, termo cuja paternidade

se atribui a João Miguel dos Santos Simões, o primeiro que o terá utilizado em 1965 e que reuniu entre nós investigadores e entusiastas dos moinhos tradicionais, reunião considerada precursora da TIMS – The International Molinological Society.



Interior do Moinho da Quintinha (Santiago do Cacém)

Claro, a noção de ‘moinho’ passou a generalizar-se, que ‘moinho’ era, a princípio, apenas esse cilindro do cimo do monte e também a azenha, cujas mós era a água corrente de rios e ribeiras que as movia, e os moinhos de maré do Montijo ou da Ria Formosa, movidos pelo balancear das marés.

Pode definir-se a Molinologia como «uma área de estudo da Etnotecnologia que se dedica ao conhecimento dos moinhos tradicionais nos seus aspetos técnicos, sociais e culturais». Primeiro, «etnotecnologia», ou seja, o estudo que relaciona o modo de operar com o povo que o adoptou. Depois, «tradicionais», não os que resultam de novas técnicas, deixando de parte a força motriz do vento que passa ou da água que se precipita. Finalmente, o reconhecimento de que, além dos aspectos técnicos, que o moleiro bem conhece, há, em torno do moinho e do seu funcionamento, uma sociedade, uma cultura.

Foi a equipa que esteve na origem do que é hoje o Museu Nacional de Etnologia que mais se interessou pelo estudo e preservação dos sistemas de moagem: Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Enes Pereira (deixou-nos este último a 2 de Janeiro de 2020). Recorde-se o livro, da autoria de toda a equipa, *Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem*, editado, em 1983, pelo Centro de Estudos de Etnologia, exaustiva recolha do que por esse Portugal de mais significativo se encontrava.

E se não vamos ao extremo de declarar *Portugal Terra de Moinhos*, título da obra de Jorge Augusto Miranda editada pela Chronos Editora (2008), certo é que não haverá colina acessível e ventosa que não esteja coroada por um desses tradicionais equipamentos. Aqui, em Cascais, o logótipo da Junta de Freguesia de Alcabideche tem um moinho de vento como motivo principal, não apenas por ser, de facto,



Logótipo da Junta de Freguesia de Alcabideche

«terra de moinhos» (e, aqui, o vento bem sopra da Serra de Sintra!...), mas porque em Alcabideche nasceu, no século XII, Ibne Mucana, o poeta árabe que, depois de ter passado boa parte da sua vida nas cortes da Andaluzia, nos reinos de taifas, decidiu abandonar esses salões faustosos e de muito artifício para regressar à sua terra e ali se dedicar à agricultura:

«Deixei os reis cobertos com os seus mantos, deixei de ir em seus cortejos. Convertei-me, em Alcabideche, em colhedor de espinhos com uma foice guarnecida e afiada. E se me perguntam: Gostas? Respondo-lhes: “O amor à liberdade faz parte do coração nobre”».

É dele, pois, a primeira referência a moinhos de vento na Europa, porque deles fala num dos seus poemas, de uma forma plena de encanto, porque a eles se refere como sendo «a nora das nuvens». Os Árabes sabiam da nora; mas estas noras – os moinhos – eram movidas não pela água mas pelo vento!...

Os «Moinhos Abertos»

«Moinhos Abertos» é uma iniciativa de alcance nacional e ampla divulgação que nasceu em 2007 com o objectivo de chamar a atenção dos Portugueses para o inestimável valor patrimonial dos nossos moinhos tradicionais, por forma a motivar e coordenar vontades e esforços de proprietários, organizações associativas, autarquias locais, museus, investigadores, molinólogos, entusiastas e amigos dos moinhos.

A ideia consiste em pôr a funcionar em simultâneo e abrir ao público tantos moinhos

quantos for possível em todo o País, a 7 de Abril, Dia Nacional dos Moinhos. Este dia, além de chamar a atenção para os moinhos tradicionais portugueses, serve também para identificar problemas e oportunidades, fazer germinar projectos e ideias ou mesmo para levar a cabo pequenas beneficiações (limpezas, pinturas, concertos de coberturas, etc.) com a participação de activistas e visitantes que o pretendam, preservando os moinhos e criando dinâmicas de desenvolvimento em torno deles.



Moinhos da Pousada de São Brás

Em 2009, segundo os dados recolhidos pela organização participaram na iniciativa: 135 moinhos de 56 núcleos moageiros; 83 organizadores, proprietários de moinhos e moleiros; cerca de 6000 visitantes; 13 distritos do Continente e Açores e 36 municípios.

Nesse programa de revitalização se insere o que a autarquia são-brasense em boa hora levou a efeito em relação ao Moinho do Bengado.

Longe de mim a veleidade de algo ousar sugerir para preservar os nossos moinhos, porque, imagino, não serão muitos os que vêm neles ruínas a valorizar. Temos já, porém, esse bom exemplo: o Moinho do Bengado. Dele se escreve na página do município:

«Restaurado recentemente, o Moinho do Bengado aguarda a sua visita, para lhe contar as velhas histórias do tempo em que as suas velas davam ao povo o pão de cada dia.

»Moinho de tipo mediterrânico, fixo, construído em pedra e com forma cilíndrica e uma área de 42,50 m², o moinho constitui um exemplo de moinho de cabresto, o mais antigo sistema de tração por meio de corda e com recurso a marcos, para rotação do tejadilho, em busca do melhor quadrante.»

Bonita apresentação, como bonitas são as imagens que dele se mostram também no folheto bilingue que expressamente lhe é dedicado, onde se acrescenta, em relação ao texto atrás transcrito, que «é constituído por piso térreo e sobrado», como é, resto, habitual, e «tem uma porta, virada a nascente e duas janelas». «Antigamente», acrescenta-se, «tinha nas suas velas búzios de barro que se escutavam ao longe, no silêncio da noite». Era a sua poesia a ecoar pelas quebradas, numa canção de esperança: da farinha saíria o pão e a fome para mais longe tinha de ir!...



O moinho do Bengado recuperado



Interior do Moinho do Bengado

Em 2010 – a exemplo do que já acontecera em anos anteriores – o Moinho Municipal da Quintinha, situado nas Cumeadas, integrado na cintura moageira pré-industrial da cidade de Santiago do Cacém, voltou a associar-se ao Dia Nacional dos Moinhos. Um moinho adquirido pelo município, em cujo território se identificaram cerca de 70 moinhos, sendo 50 de vento e 20 de água, caracterizados por cinco tipologias diferentes.

Trata-se de um moinho de alvenaria, de torre troncocónica e capelo giratório accionado por um sistema de sarilho. Desde 1982 que a autarquia o mantém a funcionar. Sempre que as condições climáticas o permitem, os visitantes podem observar o processo de moagem tradicional dos cereais, da qual se encarrega um antigo moleiro.

O grão moído pertence a pessoas que

habitam na zona rural e ainda mantêm a tradição de ir ao moinho moer os seus cereais, utilizando a farinha para fazer pão caseiro, as papas de milho e para a alimentação de alguns animais domésticos. O pagamento pela prestação deste serviço continua a ser, tal como há séculos, consoante a quantidade de grão trazida pelo cliente.

Mui prestigioso exemplo, este, do princípio de uma escola de Molinologia, a primeira do género.

De Tavira, mais perto de nós, recordo o ano de 2011, em que, também no âmbito da comemoração do Dia Nacional dos Moinhos e da iniciativa “Moinhos Abertos” da Rede Portuguesa de Moinhos, o Museu Municipal de Tavira/Palácio da Galeria propôs a descoberta da actividade moageira da freguesia de Cachopo, convidando a comunidade a visitar o Moinho

do Cachopo, para junto dele ouvir histórias e lendas de moleiros; observar pausadamente os processos construtivos tradicionais na execução das estruturas moageiras; sentir mais de perto o que foram os ofícios e os saberes ancestrais. Chamou, pois, para essa 'faina' Custódio Campos (moleiro), Hermínio Guerreiro (moleiro), Manuel João (mestre construtor), Manuel Simão (moleiro), Marta Santos (arquitecta) e Nereide Guerreiro (padeira). Uma sadia jornada a aprender tradição!

Em suma

A população e as autarquias estão a compreender. A memória, a identidade, a vida não passa – não se passou! – apenas no fausto dos palácios de que falava Ibne Mucana ou na preservação das muralhas cujas ameias sofreram, pacientes, os golpes das setas ou das pedras que catapultas lhes atiravam.

S. Brás de Alportel nem muralhas precisou de ter, terra aberta a quantos a queriam habitar. Palácio, só o dos senhores bispos que, no Verão, preferiam o seu aconchego. Tem, no entanto, noras, azenhas, moinhos – que, esses sim, é que sempre estiveram de mãos dadas com o Povo, a dar-lhe água, a proporcionar-lhe pão.

O Povo, porém, deixou cair as mãos, achou que deles já não precisava mesmo, divorciou-se. Moinhos, azenhas e noras sofreram em silêncio a solidão. Tristes, roíam-nos as saudades de ter búzios a cantar nas velas, água a cair dos alcatruzes, a bofetada boa da levada fresca que lhes movimentava as mós...

Divórcio sem propósito, este, porque as partes não souberam dialogar, em vista de uma reconciliação possível.

Tempo é sempre, todavia, de a encarar sem preconceitos! Na reconfortante esperança de ainda mais feliz existência a dois!...



O moleiro prepara o velame no recuperado Moinho da Quintinha (Santiago do Cacém)

José d'Encarnação

SÃO BRÁS DE ALPORTEL E JOÃO DE DEUS

“Vou-me deitar cedo. Depois de amanhã vou a Faro”, dizia o meu bisavô, João Viegas Antonino Sénior, morador na aldeia de São Brás, a anunciar dura jornada. Faro situava-se no Algarve, como sempre foi, mas, para os montanheiros destas bandas, a sede do concelho ficava distante, as estradas eram más e os meios de transporte desconfortáveis e penosos.

São Brás era uma aldeia à beira-serra, isolada do mundo, tal como o Algarve em Portugal. A relativa proximidade da sede da Diocese, a tranquilidade da povoação e os bons ares, determinaram que, em terrenos da Igreja, fosse construído um Palácio Episcopal, ligado à Igreja Matriz, edificado em finais do século XVII, quando a sede do bispado foi transferida de Silves para Faro.

A construção do Palácio e do jardim barroco, entre 1685 e 1715, é atribuída a D. Simão de Gama e ao seu sucessor, D. António Pereira da Silva, para residência de verão dos bispos do Algarve e de sacerdotes em trânsito. Durante as guerras liberais (1828 – 1834) albergou religiosos, idosos e doentes sem família. Acolheu seminaristas de 1849 a 1854.

Nos vértices de um triângulo situamos a Igreja Matriz, o Paço ou Palácio Episcopal e a primitiva ermida de São Sebastião. O pequeno templo, virado a sul, situava-se na metade nascente do largo que ficou com o seu nome. Neste ponto, a Rua de São Sebastião estreitava, e, por esse facto, era vulgarmente conhecida por *rua do funil* e também por *rua acima*.

Entre a Matriz e o Palácio desenhou-se uma artéria pública, a “Prassa” (Praça) ou Terreiro, hoje Rua Dr. Vitorino Passos Pinto. O povoamento nasceu daí e estendeu-se a norte. A unir os dois lugares de culto, a Rua de São Sebastião.



João de Deus Ramos

O lado maior do triângulo era definido pela sucessão das ruas das Tendas, das Palmeiras e dos Paos (Paus). Grosso modo, esta sequência, nos dias de hoje, poderá traduzir-se pelas ruas Poeta Bernardo de Passos, da Praça, Ferreira de Almeida, largo do Mercado e rua do Pírolito. Portanto, a ermida ligava-se através deste eixo, com uma fonte, chamada do Concelho, situada nas traseiras do Palácio.

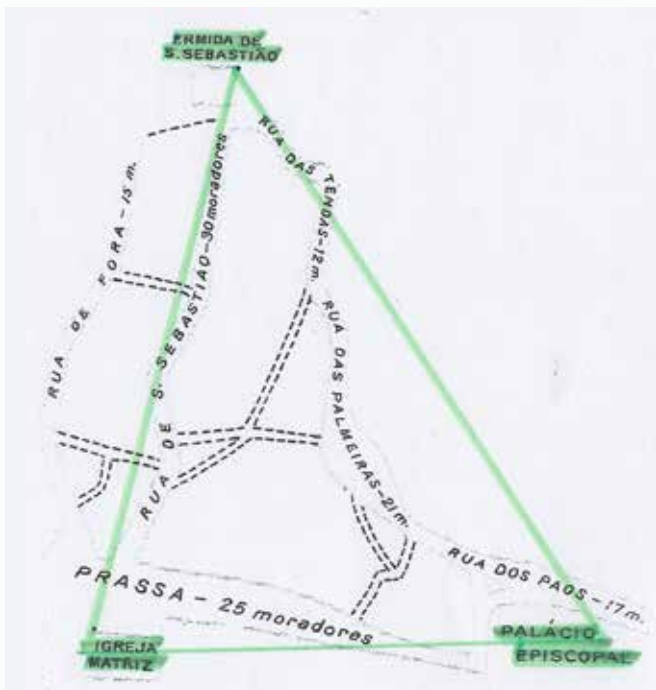
Além da rua de Fora, que delimitava a aldeia a poente, hoje rua Teófilo de Braga, pouco mais havia em 1839, data que figura na planta a seguir reproduzida, deduzida da descrição do padre Pereira da Silva e confirmada pelo rol dos confessados e comungados nesse ano.

Iniciaram-se em 1828 as guerras liberais, que causaram temeroso desassossego. Quando as guerrilhas chegavam ao pé de qualquer pessoa, por mais inofensiva que fosse, perguntavam-lhe de imediato – *Quem vive: D. Pedro ou D. Miguel?* Não se admitia uma evasiva. A resposta tinha que ser perentória: ou se era pelo liberalismo ou pelo absolutismo. A resposta certa equivalia a incorporação. Caso fosse desacertada, o infeliz era severamente punido.

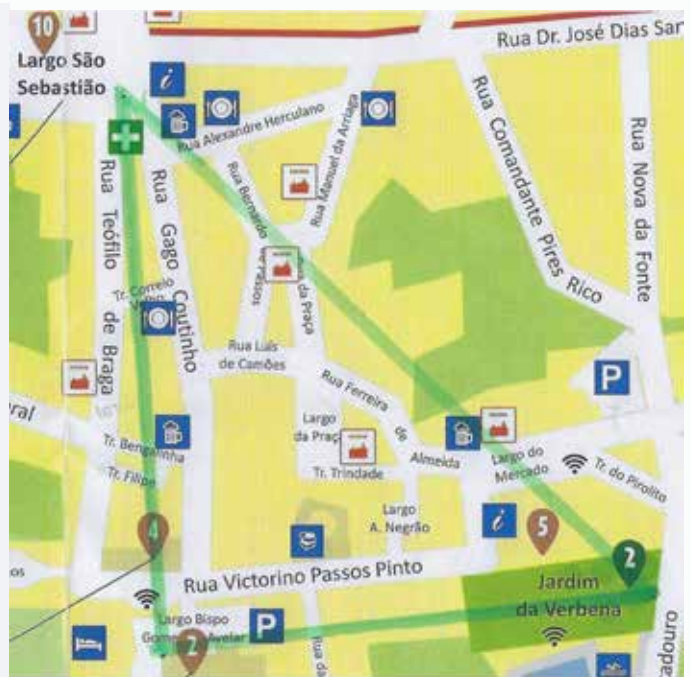
Esses tempos foram de atribulada mudança. Acabava o regime de monarquia absoluta,

que vigorava desde D. Afonso Henriques, e desenhava-se a nova era da monarquia liberal e constitucional, à custa da guerra civil entre as fações, antagónicas entre si, dos filhos de D. João VI.

Nesse ano de 1828, os liberais afetos a D. Pedro foram derrotados, entre Faro e Olhão, pelos absolutistas de D. Miguel, seguindo pela serra acima, pelo mesmo caminho percorrido, em 1808, pelas tropas napoleónicas, quando estas debandaram da revolta portuguesa gerada em Olhão.



Planta de SBA em 1757 e 1839 - Escrito à mão



Pormenor da planta atual do centro histórico de SBA

À esquerda, apresenta-se o desenho adaptado da planta do núcleo urbano primitivo de São Brás de Alportel, reproduzido de “O Livro de Alportel – Monografia de uma Freguesia Rural – Concelho”, da autoria de Estanco Louro, páginas 76-77, reedição da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, editado em 1986.

Deduz-se que a aldeia pouco terá mudado em 82 anos, entre 1757 e 1839. Segundo o mapa, teria à volta de 120 moradores. Note-se o esboço das atuais ruas Poeta Bernardo de Passos, Luís de Camões, da Trindade, e das travessas do Correio Velho e do Bengalinha.

À direita, pormenor da planta atual do Centro Histórico, passados 182 anos. Desenho adaptado da planta do Centro Histórico, inserida no mapa turístico, editado em junho de 2016, pela Câmara Municipal de São Brás de Alportel. O n.º 2 em fundo castanho assinala a Igreja Matriz e o mesmo número, em fundo verde, a localização da fonte pública, denominada do Concelho, na extremidade nascente do complexo do Palácio Episcopal.

A 21 de fevereiro de 1834, foram as guerrilhas absolutistas desbaratadas e dispersas a uma légua de Faro e novamente derrotadas a 1 de março na serra do Alportel.

Os roubos, a pilhagem e outras atrocidades eram frequentes. O lugar por onde as guerrilhas passavam ficava devastado. A gente do Alportel fugiu para a serra. Levavam as arcas com algumas coisas, em machos e burros, e escondiam-se em barrancos. Muita gente morreu de forma cruel.

Neste conturbado contexto, o seminário de São José, em Faro, criado em 1797 por D. Francisco Gomes de Avelar, fechou em 1834 as suas portas.

Entretanto, a Diocese organizou-se e alguns padres preparavam alunos para o sacerdócio. Professores do clero religioso e secular foram aproveitados e continuaram a dar as aulas, nas suas freguesias, a pequenos grupos de candidatos.

O padre mestre Joaquim Almeida, cura em São Bartolomeu de Messines, preparou o poeta João de Deus para as ordens menores (hostiário, leitor, exorcista e acólito).

O cônego António Caetano da Costa Inglês (tio)¹, prior da Colegiada de Lagos, que havia sofrido com as hostes miguelistas, foi nomeado prior em São Brás de Alportel, em 1849, e trouxe

o seu “seminário”, que funcionou no Palácio Episcopal até à reabertura oficial, em 1856², do Seminário de Faro.

As instalações do Palácio Episcopal foram convenientemente apetrechadas para albergar os alunos. Alguns ficaram hospedados em casas da aldeia. Outros passavam por cá uma temporada, onde prestavam provas e depois regressavam às suas paróquias, onde eram orientados por mestres e párocos locais. Na quaresma dos anos de 1850, contava com 30 alunos; em 1851 – 42; 1853 – 33 e 1854 – 21. Entre estes, encontram-se referenciados: João Gregório Ramos³ e António do Espírito Santo Ramos, ambos irmãos do poeta João de Deus.

“S. Braz” tornou-se uma Coimbra em miniatura e se propagou por todo o Algarve e Alentejo a notícia deste seminário de recurso. João de Deus esteve em São Brás de Alportel em 1848, quando recebeu as ordens menores na capela do Palácio Episcopal, conferidas pelo bispo D. António Moniz. Voltou novamente à aldeia, entre julho de 1849 e setembro de 1851, de visita aos seus irmãos, quando já se encontrava em Coimbra a frequentar o curso de Direito. Havia renunciado ao sacerdócio e trazia consigo, a “S. Braz”, a boémia coimbrã entranhada nos seus hábitos de estudante universitário.

1 – O P.e com o mesmo nome – António Caetano de Costa Inglês (sobrinho), com 11 anos de idade em 1850, consta da lista de seminaristas em São Brás de Alportel. Foi coadjutor e ajudador à pessoa do pároco local em 1867 e por períodos de tempo intermitentes até 1902.

O membro mais conhecido desta família foi o P.e José Pedro da Costa Inglês (1835-1911) com marcada ação local no que respeita a obras na Igreja Matriz, fundação da Casa da Caridade (1864) e do Centro Escolar que viria a ter o nome de D. Manuel II. Foi o construtor da residência paroquial hoje edifício da Câmara Municipal.

Negou o funeral religioso a mais do que uma pessoa, tendo enfrentado, em 1902, a poderosa família Passos, que, associada à vontade popular, derrotou os seus intentos, no funeral de Bernardo Rodrigues de Passos (pai), combatente republicano e anticlerical. Sucedeu-lhe o P.e João Rodrigues de Passos Pinto.

2 - O Seminário de Faro já era frequentado por alguns alunos entre 1854 e 1856.

3 – O P.e João Gregório Ramos foi ordenado presbítero em junho de 1851 e veio a falecer em setembro do mesmo ano, o que motivou uma dolorosa deslocação de João de Deus a São Brás de Alportel.

João de Deus desenhado por Baventura Passos em 1916 Escrito à mão

João de Deus em desenho de Boaventura Passos, 1916, reproduzido do livro *Colectânea*, do mesmo autor são brasense, irmão do Poeta Bernardo de Passos. Edições Nêveda, 1999.

João de Deus Nogueira Ramos (São Bartolomeu de Messines, 1830 – Lisboa, 1896). Matriculou-se na Faculdade de Direito de Universidade de Coimbra em 1849, e concluiu, dez anos depois o bacharelato⁴. Em 1868 foi eleito deputado por Silves, mas em breve abandonou a política. Começou, então, com a defesa ardente da sua obra. Em 1895, teve a consagração nacional, a que se associou com entusiasmo o povo português.

No ano seguinte falecia. Além de consagrado poeta, tornou-se eficiente pedagogo através da sua “Cartilha Maternal”, a poderosa alavanca que pôs à disposição do seu país, a fim de aniquilar o analfabetismo. Jaz no Panteão Nacional entre outros grandes portugueses de boa memória.



4 - João de Deus, preferindo as Belas Artes ao Direito, envolvido na vida boémia coimbrã, teve na universidade um percurso académico conturbado, com diversas interrupções e reprovações por faltas. Apenas se formou dez anos depois de ter ingressado, em 13 de Julho de 1859, e, mesmo assim, por instâncias dos seus condiscípulos, entre os quais se incluía a melhor intelectualidade da época.

Logo no ano de ingresso na universidade, revelou o seus dotes líricos, escrevendo versos que circularam manuscritos no meio académico e com os quais obtinha modestos rendimentos que ajudavam na sua parca subsistência. De 1851 conhece-se o poema *Pomba* e a elegia *Oração*, a qual foi a sua primeira obra publicada, tendo na *Revista Académica*, em 1855, merecido imediata aclamação pública.

Não tendo interesse pela advocacia, em 1862 aceita o convite para ir para Beja como redator do periódico *O Bejense*, então o jornal de maior expansão no Alentejo. Neste período colaborou em diversos periódicos da imprensa regional do Sul de Portugal. Permaneceu em Beja até 1864, regressando nesse ano à sua terra natal.

Mantendo colaboração com a imprensa regional alentejana e algarvia e redigindo a *Folha do Sul*, em São Bartolomeu de Messines e em Silves, tentou sem sucesso a advocacia, tendo em 1868 optado por partir para Lisboa, cidade onde passou a residir.

Em Lisboa, levou uma vida de grandes privações. Passava o tempo nos cafés, em particular no *Martinho da Arcada*, em constantes tertúlias, sem nunca procurar encontrar uma forma estável de ganhar a vida. Para sobreviver, recorria à realização de traduções, à escrita de sermões e hinos para cerimónias religiosas e a colaboração em várias obras literárias. Neste período diz-se que, entre outras atividades, costurou roupas de senhora.

Em 1868, pouco depois da sua eleição parlamentar, casa com *Guilhermina das Mercês Battaglia*, uma senhora de boas famílias, ganhando estabilidade na sua vida pessoal. Desse casamento nasceram 4 filhos, entre os quais, João de Deus Ramos, que continuaria a obra pedagógica do seu pai.

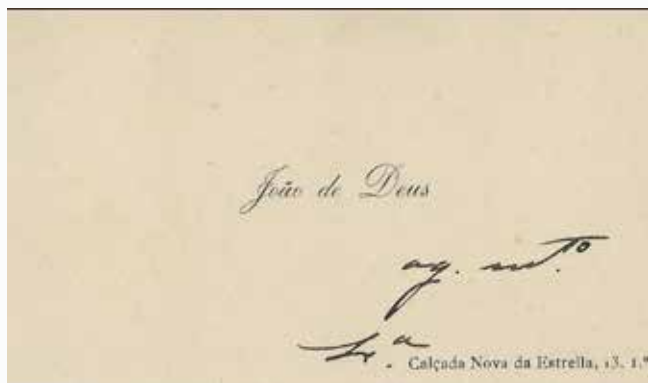


Cartilha Maternal de João de Deus



Largo Alexandrina Negrão

A *Cartilha Maternal de João de Deus* foi o primeiro livro de muitos portugueses e são-brasenses. Na “Escola da Menina Sousinha”, no largo do Centro Histórico com o seu nome, Alexandrina de Sousa Martins Negrão, n.º 10 (a porta de alumínio), nas imediações do antigo Palácio Episcopal, aprendiam-se as primeiras letras e números, sentados em pequenas cadeiras, individuais, trazidas de casa e que permaneciam na escola. O livro era acompanhado do lápis de pedra e da ardósia, onde, no colo, se escrevia e apagava facilmente. Os mais adiantados faziam-se acompanhar do caderno de duas linhas, e da caneta de aparo, molhado em tinteiro coletivo – apetrechos estes transportados na mala de cartão ou de pano. Era privilegiado avanço frequentar a popularmente denominada “escola paga”, antes de ingressar no ensino oficial, gratuito, também conhecido por escola Reis (dos Reis – foi em 1759 o Marquês de Pombal que procedeu à estatização do ensino).



Cartão de visita de João de Deus escrito à mão



Envelope de carta de João de Deus

Carta, com cartão de visita, dirigida por João de Deus ao são-brasense João Manuel Rodrigues de Passos, em 1895, o ano da consagração nacional do poeta.



Fachada norte do Centro de Artes e Ofícios

Atual fachada norte do Centro de Artes e Ofícios. Com a instauração do regime republicano e diligências de João Rosa Beatriz, quando a freguesia pertencente a Faro se tornou concelho, em 1914. O primeiro administrador do concelho de São Brás de Alportel incumbiu-se de iniciar a conversão do Palácio Episcopal em Escola Primária. Já no século XXI é o Centro de Artes e Ofícios e Universidade Sénior, frequentada pelos seus antigos alunos.

Entre outras importantes referências à passagem de João de Deus por São Brás de Alportel destaca-se a do comerciante e publicista, João Manuel Rodrigues de Passos, uma das pessoas mais cultas e conceituadas da aldeia são-brasense: ... *Eram alunos d'este seminário dois irmãos de João de Deus, o que fez com que este, nas férias, aproveitasse a ocasião de passar alguns meses em sua companhia; e ,como os grandes astros, passou deixando vestígios imorredoiros na memória de todos que o conheceram* (Jornal O Século, n.º 524, de 5.7.1909).

Em São Brás de Alportel, o poeta conheceu na aldeia uma menina chamada Cândida. O Padre João Rodrigues de Passos Pinto (São Brás de

Alportel, 1858-1936) ainda a conheceu e, segundo a sua opinião, a menina orgulhava-se dos versos que o poeta lhe declamara – *ostentava então todo o seu mimo e encanto uma rapariga de nome Candida, ainda hoje viva, mas já estiolada pelo rodar dos tempos; a sua casa era o club da estudantada que ia ali cavaquear com Candida, e recitar-lhe poesias que ella muito apreciava. João de Deus frequentava essa casa, e, segundo nos afirma Candida, fez-lhe versos, que ella nos reproduziu de memória e que nós, com a devida vénia, damos à publicidade* – O poema dedicado a Cândida, vem no livro *Campo de Flores*, edição de 1893, organizada por Teófilo de Braga, intitulado “Pomba”:

Pomba

*Casto lírio, branca pomba,
És tão linda em teu alvor!
Não há estrela mais bela
De tão mágico fulgor.
Cândida pomba, alvo lírio,
És tão linda, meu amor!*

*Dize, donzela, já sentes
Palpitar-te o coração?
Já os teus olhos, donzela,
Tão sossegados não são?
Sabes já, pobre inocente,
Quanto custa uma paixão?*

*Mas tu, donzela, descoras,
Pareces desfalecer;
Donzela, não me confias
Segredos do teu sofrer?
Dize, donzela, não dizes,
Tens vergonha de dizer?*

*“Tenho, sim; ninguém mos sabe;
Só mos tem ouvido a lua,
Quando em céus anuviados
Lá alta noite flutua;
Quando só, de noite, cismo
Em terna imagem...na tua!...”*

*- Oh, não me iludas donzela,
Meigo arcanjo do Senhor!
Anjos do céu amor devem
Só do céu ao Criador!
Não mereço, branco lírio,
Teu celeste aroma e cor.*



Largo de São Sebastião pormenor

A casa da estudantada, onde morava Cândida, situava-se ao cimo da atual rua Teófilo de Braga, perto do largo de São Sebastião. Reproduz-se um pormenor da fotografia de José Estevam Medel, da coleção “Quatro Olhos”, de 1939 (?), com o título “Correio e Largo de S. Sebastião”, onde se pode imaginar a localização da primitiva ermida de São Sebastião.

O poeta Bernardo de Passos (1876-1930), natural de São Brás de Alportel, recorda a passagem de João de Deus pela aldeia e refere-se às serenatas na Fonte Santa⁵:

A curta vivência religiosa do poeta, com o qual Bernardo de Passos ombreou, ficou pouco conhecida, sobremaneira, até, ofuscada pelo brilho dos seus versos e da sua faceta de pedagogo que lhe granjearam a imortalidade.

Foi nos horizontes da aldeia de S. Braz que ambos os poetas se inspiraram para os seus primeiros versos.

Fonte Santa

*Doces horas de sonho, com sustos e risadas...
Que sentado passei na rocha, à Fonte Santa,
Em qu'apareceu São Brás, segundo a lenda canta,
E onde João de Deus cismando adormecia...*

In "Recordações" do livro Adeus.

5 – A Fonte Santa já não existe. Situava-se numa curva do caminho, perto da fonte (nova) e lavadouro, no sentido da Cova do Lobo. Por cima dela, um penedo era associado a aparições de São Brás, e, desde tempos imemoriais, era religiosamente caído todos os anos. O Dr. José Dias Sancho, no jornal "Ecos do Sul", em 1913, dizia: Em frente existia um banco em arco já meio derruído...

Obs.: Curioso será notar o trajeto curvilíneo da antiga rua de S. Sebastião (ver planta antiga de 1757 – 1839) agora plasmado na faixa de rodagem da rua Gago Coutinho, após as obras de reabilitação efetuadas em 2018.

Bibliografia

Duarte, Afonso da Cunha: 1 – João de Deus, Clérigo Minorista da Diocese do Algarve – São Bartolomeu de Messines. Edição da Casa da Cultura António Bentes, São Brás de Alportel, abril, 2012; 2 – São Brás de Alportel, Memórias – Igreja e Instituições Religiosas, volume I, edição da Casa da Cultura António Bentes, São Brás de Alportel, novembro, 2005; 3 – São Brás de Alportel, Memórias – Terras de Alportel, volume II, edição da Casa da Cultura António Bentes, São Brás de Alportel, janeiro, 2008.

Louro, Manuel Francisco do Estanco, O Livro de Alportel – Monografia de uma Freguesia Rural – Concelho, reedição da obra original pela Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1986.

Sancho, Emanuel Andrade C. e Lourenço, Ana Bela, coordenadores, com textos de vários autores, As Engrenagens do Tempo – visão social de 30 anos de história de São Brás de Alportel, edição da Casa da Cultura António Bentes – Museu do Traje de São Brás de Alportel, junho, 2016.

Wikipédia – https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_de_Deus_de_Nogueira_Ramos.

Nota:

Correção ao início do artigo "José Pereira da Machada Júnior", publicado no n.º 1 desta revista: Dizia que, em 1890, existiam em S. Brás três farmácias, quando, na verdade, existiu uma única, em que Abreu, Adelino e Canteira (e não Contreira), foram administradores em sucessivos trespasses. A Farmácia Machada Júnior, a segunda na localidade, foi inaugurada a 8 de junho de 1892 (pg. 395 de São Brás de Alportel, Memórias – Terras de Alportel, volume 2, de Afonso da Cunha Duarte, 2008).

PRAÇA OS PRIMEIROS AMORES



*A Praça Velha onde se vendia o peixe, década de 1960.
Foto de João N. do Ó Arranita, do arquivo de Maria Emília Guerreiro.*

A velha Praça do Peixe e a Sociedade 1º de Janeiro, na Rua Gago Coutinho, estão, para mim, ligadas pelo sentimento que nutria, com os meus 13/14 anos, pela filha de um grande comerciante de peixe na época, morador junto à praça. Este e o Bica abasteciam de peixe fresco, diariamente, a população de São Brás de Alportel, que transportavam nas suas camionetas desde as lotas mais próximas, nomeadamente Olhão e Fuzeta.

Com bancas próprias de venda ao público, abasteciam também os arrieiros, uns assim chamados porque se faziam transportar em animais de carga, como o Ti Jaiminho *Salmonete*, da Estação; outros, mesmo a pé, com duas canastras que equilibravam numa vara transportada ao ombro, como o Ti Jaquetinha. Anunciavam a sua presença, por montes e vales, soprando as suas buzinas, assim chamadas por serem as conchas dos búzios, em forma de fuso.

A modernidade foi progredindo com o uso das bicicletas a pedal, depois a motor, o triciclo e o veículo motorizado, com a curiosidade de, na voz do povo, todos continuarem a ser arrieiros!

Foi em finais da década de 40, ainda São Brás de Alportel estava longe do ensino público ao nível do Secundário, que chegou, pela mão da Dra. Bernardete Romeira, o *Colégio da Dona Bernardete*, que foi a génese da Escola Secundária José Belchior Viegas.

Estudávamos ambos no chamado Patronato, duas salas alugadas à Ti Ricardinha, na esquina poente do quarteirão da Câmara Municipal, hoje de sua propriedade.

Leccionavam o 1º ciclo dos Liceus o padre António Inácio e o senhor Brito Tété, funcionário superior da edilidade. Integrava, também, o corpo docente do ensino particular o Dr. Mário Dinis Porto, que dava as aulas em sua casa, na Rua Dr. José Dias Sancho.

Qualquer das duas turmas, 1º e 2º anos, eram mistas, e tive como companheiros o Jacinto Vieira, mais conhecido por *Carrana*, o Abílio João Gonçalves, o Custódio Neves, o Hugo Pontes, o Brás Valagão, a Maria João Frade, a Graciete Teodoro, a Ana Maria Bordeira Ramos, a Gabriela Costa, a Madalena Louro, entre tantos outros. Para passagem ao 2º ciclo, que englobava o 5º ano, todos íamos a exame no Liceu Nacional de Faro, um crivo que era sempre razão de preocupação para todos e de descontentamento para alguns!

Quando frequentávamos o 2º ano, os colegas começaram a murmurar que gostávamos um do outro. Depois já verbalizavam ao ouvido dela – “O César gosta de ti” – e eles segredavam-me que ela gostava de mim.

Talvez por nunca termos navegado naqueles mares, achámos agradável o som daquela ondulação que ia fazendo vibrar a membrana do tímpano e acomodava-se no coração. E assim nos convencemos, mutuamente, de que namorávamos, sem termos feito grande coisa para isso, para além de, nas fotos de grupo com os colegas, tentarmos ficar ao lado um do outro. Uma houve, então, que me merecia constante visionamento e pensamentos positivos, só porque, lado a lado, os nossos braços se tocavam no momento em que a máquina disparou. Hoje, reconheço que a inocência sempre foi uma coisa bonita!



Alguns professores e alunos do “Patronato”

Reconhecem-se, da esquerda, de pé: Madalena Louro, Brito Tété, Gabriela Costa, Padre A. Inácio, NN, Mártires, Graciete Teodoro, Maria João, e César Correia. Em baixo: Afonso B. Caiado, João P. Cruz, João D. Neves, Brás e Abílio João.



A Ti Lucinda “Carulha” debruçada no velho poço da Praça, hoje sem qualquer vestígio da sua existência.

Pormenor da foto de João N. do Ó Arranita do arquivo de Maria Emília Guerreiro.

Depois das aulas, eu ia para a sala de leitura da Sociedade 1º de Janeiro, agremiação que se dizia “dos pobres”, na Rua Gago Coutinho, e daí podia ver o terraço do 1º andar da sua casa, que emergia dos outros prédios, aonde ela subia e... olhávamo-nos à distância!

Quando assim era, sem que tivesse havido qualquer prévia sugestão para tal, mais me ia convencendo de que a química do amor estava no bom caminho. Pelo contrário, quando ela não aparecia, a decepção gerava um sentimento de dúvida que me acompanhava até ao dia seguinte.

Acontecia o mesmo na praia tradicional dos são-brasenses, Quarteira, quando as visitas esporádicas ou pouco mais, não permitiam perceber, por inexperiência, se a próxima onda se enrolaria na areia ou se se iria espriar e desfazer em espuma!

Confesso que nunca percebi se ela ia à varanda, de propósito, para me ver, ou se só lá ia quando tinha roupa para estender na corda...

Ali perto, na mesma área, o “mercadinho” da “Ti Carulha”, encostado ao velho poço, com hortaliças, vegetais, legumes e fruta da época, continuava a dar vida ao Largo da Praça, onde havia de tudo.

O talho do Manuel dos Barros, o *Belchorinho*, com depósito de roupa em peça e tabaco de marca para venda ao domicílio, a taberna da Ti Teresa *Farela*, onde os madrugadores bebiam o “café das bôrras”, especialidade da casa, cafeteira sempre no fogo, acompanhado do respectivo cálice de aguardente, a *Ti Sanita*, modista de roupa de senhora, a Carminha, com loja de mercearia, leguminosas e até petróleo e as irmãs Botinas com grande casa de comércio miúdo, mercearia e frutos secos.

Do outro lado da Rua da Praça, a taberna / mercearia de Maria de Jesus Gonçalves, onde não

faltava o bacalhau; o talho do Ventura; as frutas legumes da Ti Florinda *Queimada*; a barbearia de Manuel Negrão, onde o filho Júlio já atendia raparigas e crianças; e a taberna de Maria José Leonardo, onde também vendia legumes.

Na estreita Rua Luís de Camões, que leva à Rua Gago Coutinho, a casa de negócio da Isabelinha Sancho, mercearia e casa de pasto, trespasada temporariamente para familiar da senhora Natália, do baile do Peral, e mais tarde oficina do latoeiro João Bandeira; a loja de fazendas do Ti Jacinto *Carrana*; e, sensivelmente em frente, a Farmácia Machada Júnior.

Conheci, perfeitamente, aquela zona, na primeira metade dos anos 50, quando o calor de outra chama começou a aquecer-me o coração, coisa que percebi ser partilhada pela minha colega de viagem, de São Brás para o Liceu de Faro e volta, diariamente, no mesmo banco da camioneta de António Evaristo dos Santos, alugada expressamente para o efeito, já que não havia condições em São Brás para ir mais além.

Entretanto, cresceu o calor da chama já adivinhada pelos que nos rodeavam e, a breve trecho, a lava do vulcão transbordou do epicentro para nascente do Largo da Praça, pelo que, à mercê dos ventos próprios de uma pequena terra onde nada acontece e tudo se sabe, chegou aos ouvidos dos mais próximos, tradicionalmente os últimos a saber, que, também por isso, tudo fizeram para contrariar o avanço da natureza.

Era tarde de mais. Durante a semana, o calor das lavas escorria pela Avenida 5 de Outubro e, do Liceu onde o reitor José Ascenso não dava tréguas, refugiava-se nos lugares sombrios, nas ruas sinuosas, nos becos que não levavam a lado nenhum, quantas vezes contando com a cobertura de gente amiga e militante das causas e dos calores da adolescência.



Camioneta dos estudantes, em 1954

À janela, da esquerda para a direita: Rosita Nascimento, Maria José Brázia, M.J. Valagão, Sanchinha, NN, C. Cantas, Julião e Afonso Brito.

De pé, pela mesma ordem: João Proença, J. Botinas, Cabrita, NN, Joaq. M. Valagão, Reinaldo e Luís Martins.

Foto recolhida do grupo "São Brás de Alportel, Memórias" do Facebook.

Assim se arrefecia, momentaneamente, aquela natural e abrasadora torrente que, em cada fim de semana, voltava ao quarteirão nascente frontal ao Largo da Praça, trazendo consigo a habitual disponibilidade para uma presença marcada pela proximidade, embora sempre contrariada.

Recordo que, na frente desse quarteirão, no lado direito da rua que leva ao Largo do Mercado, morava uma vizinha e amiga, Antónia Cavalaria, modista de roupas de homem, quantas vezes o *gps* que me indicava o melhor caminho para

apagar o fogo que por ali me esperava, à revelia das habituais “autoridades” de serviço permanente.

Para o lado da velha Praça do Peixe, havia a venda dos pais da Cruzinha, que viria a casar com o Horácio Belchior, e do irmão Júlio da Cruz que, ali, ensaiava o teclado do seu primeiro acordeão. A Cruzinha, boa moça, também tentava ajudar, mas não estava muito actualizada com o sistema de *navegação à vista!*

Lembro um naco da minha envolvência com aquele espaço que posso caracterizar como o fulcro incandescente do tal vulcão.



Noturno chuvoso atual da Praça Velha, de onde todo o comércio desapareceu, com efeito fotográfico do Dr. Henrique Nicolau.

Para acalmar os calores da lava que dali brotavam, consegui marcar um encontro à meia-noite de um dia calculado propício, com alguém que comungava das mesmas intenções e desejos.

Ainda antes da hora, colado entre duas cantarias, esperava, pacientemente, as badaladas reveladoras do êxito da operação. Para além do respirar entrecortado pela ansiedade, apenas se ouvia o silêncio da noite.

Num ápice, tudo mudou. Distinguia-se um ruído, primeiro quase imperceptível, depois em crescendo, do que parecia serem dois pares de ferraduras a caminhar nas puídas pedras da calçada da rua, na minha direção.

Pressenti o pior! Asno ou muar, certamente acompanhado por alguém, no lugar errado à hora errada, era o balde de água fria que anulava todos os planos que, a meias, concebera, e que



O Ti “Carlinhos ceguinho”, como era ternamente conhecido, na rua Poeta Bernardo de Passos, a caminho da Praça onde vivia.

Foto recolhida do grupo “São Brás de Alportel, Memórias” do Facebook.

tinha tudo para o plural contentamento. Sim, porque eu estava no lugar certo, à hora certa!

Respiração contida e olhos de lagarto bem abertos, devolveram-me, então, à realidade e à esperança, já que o mau pressentimento e o pesadelo faliram.

Era o Ti Carlinhos, invisual, que ia, como habitualmente, a caminho da Fonte, dar água à mula! E era uma vez um vulcão!!!...

É a memória destas e de outras situações, acomodadas junto à Praça do Peixe, que faz parar o tempo ali vivido quando o centro da vida são-brasense ainda não tinha emigrado para norte.

Justo e prazeroso é recordar o ambiente de animação à luz do dia, sem encerramento semanal, das palavras com duplo sentido que circulavam em contramão, a que os são-brasenses sempre foram muito dados, tanto como o falatório sem dono, cuja confidencialidade se alongava até ao próximo ponto de encontro.

No pequeno comércio do Largo da Praça havia de tudo um pouco para o aviamento das necessidades do quotidiano.

Também uns copos que se repetiam ao balcão propiciavam a soltura e o relaxamento das palavras, tanto para os que dali faziam passagem para o trabalho, na ida e na volta, como para os que já nada deviam à labuta de toda uma vida.

Todavia, sem o simbolismo protagonizado pela Ti Lucinda e seu marido João Pôpa no “mercadinho junto ao poço”, nunca a voz desmoldada de cabo lateiro da *Ti Carulha* seria o logotipo do Largo da Praça!

Foi assim um tempo que marcou o seu tempo. Descrevo-o com o lápis da saudade, numa sentida e respeitosa homenagem a quem já não me pode ler.

César da Luz Dias Correia

SÃO BRÁS DE ALPORTEL E O PIONEIRISMO DA MODERNIDADE CULTURAL EM PORTUGAL

Revisitar o ambiente histórico e cultural vivido à época da criação do concelho de Alportel, em 1914, ajudar-nos-á a perceber melhor as forças culturais em presença, as suas causas e o papel desempenhado por algumas ilustres figuras naturais das terras de Alportel.

Embora não seja do conhecimento geral defendemos que alguns naturais de São Brás de Alportel, ou aqui residentes, estiveram presentes no que de mais moderno e “futurista” se fez e pensou em Portugal, no início do século XX.

Recorde-se que até 1914, a freguesia de São Brás de Alportel, estava integrada no concelho de Faro e era a freguesia mais importante deste concelho, tanto em população (com cerca de 12 000 habitantes), como em receitas fiscais. Com a criação do concelho de Alportel em 01 de junho de 1914, a freguesia manteve a mesma designação passando a ser a única freguesia a integrar o novo concelho de Alportel¹.

O final do século XIX e o princípio do século XX, foi o período áureo das “Terras de Alportel”. O forte crescimento das atividades corticeiras atraíram bastantes trabalhadores e viveu-se um certo desafogo económico que proporcionou o aparecimento duma geração de intelectuais e um forte debate de ideias.

Mas enquanto o novo concelho ensaiava os primeiros passos, os diferentes governos da República começavam a dar sinais de não saber concretizar os anseios de tanta gente envolvida na sua instalação em 1910. Estava criada uma situação, onde reinava um clima de instabilidade e insegurança e mesmo de temor pelo futuro,

social e politicamente falando. A instabilidade era geral no país, com greves frequentes e com os governos sempre sem tempo para as reformas prometidas. A participação na I Grande Guerra, em 1917, veio abalar definitivamente os objetivos da revolução de 5 de outubro de 1910.

Porque os políticos não se entendiam, os governos formavam-se e caíam em meses, ou mesmo dias. A dívida pública aumentava assustadoramente e o fundamentalismo republicano contra a Igreja Católica era outro fator de instabilidade social e grande motivo de discórdia vária entre os políticos e o Portugal profundo e tradicional.

A data da criação do nosso concelho coincidiu com o deflagrar da I Grande Guerra e com a Europa em guerra toda a situação se alterou. As carências de vária ordem agravaram-se. Nas necessidades básicas, por exemplo, a falta de alimentos, não foi alheia ao motim de 1916 em São Brás, e o sequente assalto às instalações da Câmara Municipal. Foi a chamada “queima dos papéis”.

O desemprego cresceu assustadoramente provocando greves que também se fizeram sentir em São Brás de Alportel embora com menor dimensão atendendo à especificidade da componente agrícola sempre presente, como complemento de outras atividades.

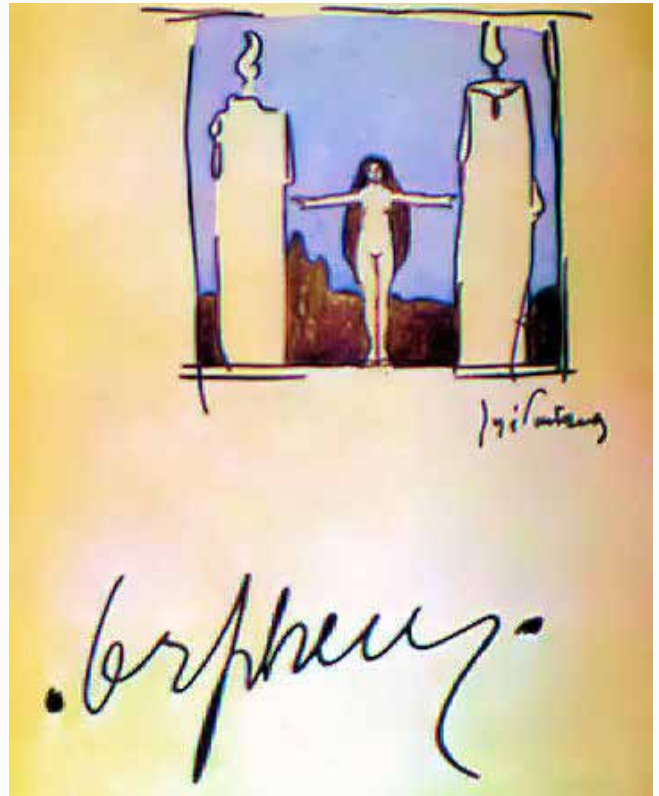
Os negócios relacionados com a cortiça também entraram em crise, pois os principais importadores estavam em guerra. Mas, mais uma vez, o espírito são-brasense soube amenizar a crise económica graças à usual

prática de endogamia que não deixava fracionar o património das famílias.

No país, a instabilidade política geral, a fome, o desemprego, a “gripe espanhola” aliada à tuberculose, e, por fim, a entrada na guerra, dividiam as posições sociais. Por mais estranho que pareça o apelo à participação de Portugal na Grande Guerra era a possível solução para alguns destes males².

Mas longe dos grandes centros de decisão, o Algarve, assistia a eleições, comícios, greves, recrutamentos, com as condições de vida da maioria, em contínua degradação. Era tempo de participação e confronto de convicções, também por via duma imprensa regional sempre aguerrida que quebrava alguma tendência para uma certa pacatez da periferia.

Culturalmente falando quando se celebra o centenário de *Orpheu*³, convém referir que Faro muito teve a ver com este movimento do *Modernismo* que rompia com o romantismo e se apresentava até um tanto ou quanto agitador das consciências bem-pensantes de então⁴.



Orpheu, 1915

1 - Esta designação, “concelho de Alportel”, manter-se-ia até quase ao 25 de Abril de 1974.

2 - Ver José Dias Sancho, **Aos homens de Portugal**, 1916, Tipografia União, Faro.

O inimigo era a Alemanha, o que levava José Dias Sancho a afirmar: “... para uma reação vigorosa ... todos os portugueses se deviam unir incondicionalmente ...”.

Como nota adicional, diremos que foi a entrada de Portugal na I Grande Guerra que contribuiu decisivamente para o fim da 1.ª República. As razões são múltiplas: o aumento da dívida pública com a “conta” apresentada pela Inglaterra; o grau de devastação das nossas tropas, tanto na Europa como em África, com cerca de 40 % de mortes, já que se apresentaram para a guerra mal treinadas e mal equipadas; a saída de Portugal sem qualquer prestígio do Tratado de Versalhes (1919); a chegada ao poder de Sidónio Pais.

3 - A Geração d’Orpheu foi o grupo responsável pela introdução do Modernismo nas artes e letras portuguesas. O nome advém da revista literária *Orpheu*, publicada em Lisboa no ano de 1915.

4 - O Romantismo foi movimento artístico, político e filosófico surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa que durou por grande parte do século XIX. Caracterizou-se como uma visão de mundo contrária ao Racionalismo e ao Iluminismo e buscou um nacionalismo que viria a consolidar os Estados nacionais na Europa.

O termo romântico refere-se ao movimento estético, ou seja, à tendência idealista ou poética de alguém que carece de sentido objetivo.

O Romantismo é a arte do sonho e fantasia. Valoriza as forças criativas do indivíduo e da imaginação popular. Opõe-se à arte equilibrada dos clássicos e baseia-se na inspiração fugaz dos momentos fortes da vida subjetiva: na fé, no sonho, na paixão, na intuição, na saudade, no sentimento da natureza e na força das lendas nacionais.



Manifesto Anti-Dantas, 1915



Portugal Futurista, 1917

O *Modernismo* como movimento de vanguarda incorporava o *Expressionismo*, o *Cubismo* e o *Futurismo*. Nestas modernas correntes, destaca-se a publicação, em 1917, da Revista *Portugal Futurista* fundada e dirigida por Carlos Porfírio.

No Algarve, em consequência dum despacho do juiz de direito da comarca de Tavira, em fins

de 1900, o *Jornal de Anúncios*, até então de distribuição gratuita passou a ter a designação de *O Herald*. Teve o seu último número em Tavira, em 1912. Após a sua suspensão, a tipografia foi vendida ao pintor Carlos Lyster Franco e ao advogado João Pedro de Sousa, que em Faro, passaram a publicar outro jornal com o mesmo título⁵.

5 - O pintor Carlos Lyster Franco era pai de Mário Lyster Franco, que também viria, anos mais tarde, a ser diretor do *Correio do Sul*, jornal fundado em Faro, em 1 de fevereiro de 1920, por Bernardo de Passos e por António Santos, tendo como redatores, entre outros, Boaventura Passos e José Dias Sancho, que também foi secretário da Direção. Ver Capitão Vieira Branco, *Subsídios para a História da Imprensa Algarvia de 1833 aos nossos dias*, 1938, Faro.

O *Heraldo*, agora em Faro, em 1912, tinha uma linha editorial próxima do Partido Democrático de Afonso Costa, enquanto em São Brás de Alportel se publicava o *Ecos do Sul*, onde pontificava Boaventura Passos, que estava próximo do Partido Evolucionista de António José de Almeida.

Só com a saída de João Pedro de Sousa de *O Herald*⁶, a partir de 1915, se transforma num jornal de fundamentalmente literário e politico-cultural onde nas suas colunas colaboravam dos melhores poetas e prosadores do país.

Não sendo algarvio de nascimento, Carlos Lyster Franco, soube como poucos do seu tempo, privilegiar a independência de pensamento, a verdade e a solidariedade. Era professor, e foi um notável pintor, facto que muito se refletiu em *O Herald*, até agosto de 1917, data em que o jornal deixou de se publicar.

É em 5 de novembro de 1916 que tem início em *O Herald*, a secção “Gente Nova”, onde escreve Bernardo de Passos, entre outros. Em 4 de Fevereiro de 1917 inicia-se, nesse jornal,

a secção “Futurismo”, na esteira de “Gente Nova”. Em 18 de Fevereiro é publicado o poema “*Dispersão*” de Mário Sá Carneiro, sobre o qual o professor José Nunes de Sousa, natural de São Brás de Alportel, produzirá um artigo⁷.

O que estava em confronto, num país em crise e em ruínas, era, por um lado, os gastos conceitos morais / religiosos, republicanos / clássicos, de um Júlio Dantas todo-poderoso e, por outro lado, as aspirações de jovens irreverentes, que lutavam por novas formas de criatividade e de pensar, desafiando o situacionismo, apoiados nas novas ideias de progresso, que rompiam com a estratificação social, política e cultural reinante.

O *Manifesto Anti-Dantas* de José de Almada Negreiros, poeta *d’Orfeu, futurista e tudo*, de 1915, é o exemplo explícito contra o situacionismo e a figura do algarvio de nascimento Júlio Dantas que atravessou três regimes (Monarquia, República e Estado Novo) sempre junto do poder.

José Dias Sancho

(São Brás de Alportel, 1898 – Faro, 1929)

Uma ilustre figura que ousa enfrentar Júlio Dantas é José Dias Sancho. Muito precoce, ainda no liceu, aos 16 anos, escreveu *A Ceia dos Cábulas*, numa paródia à *Ceia dos Cardeais* de Júlio Dantas e desde cedo que

produzia poesia (*Canções de Amor*, 1916). Com a sua obra *Ídolos de Barro II*, Júlio Dantas, publicada depois de *Albino Forjaz de S. Paio*, *Ídolos de Barro I*, em 1920, J. Dias Sancho ousa caricaturar Júlio Dantas.

6 - João Pedro de Sousa, enquanto esteve no Algarve (veio de Mirandela e saiu para Lisboa em 1915), muitos problemas criou ao novo concelho de Alportel. Ver **Ao Encontro de Bernardo de Passos, Ensaio Biográfico**.

7 - Ver **Poesia Futurista Portuguesa (Faro 1916 – 1917)**. Seleção e prefácio de Nuno Júdice, Regra do Jogo, 1981. Salientamos que normalmente se escrevia com pseudónimo em *O Herald*, mas José Nunes de Sousa não o fez, assinando com o seu próprio nome. Foi professor primário em Faro e São Brás de Alportel, e escreveu sobre a figura de Mário Sá-Carneiro.

Mas já antes J. Dias Sancho havia levado à cena em Faro, em 1917, a revista *Palmadinhas nos Carecas*, de sua autoria e de Silva Nobre (pai de Roberto Nobre), onde incluía um quadro novo “Tudo Futurismo”, com um monólogo sobre Futurismo. Estranhamente não temos visto esta obra de J. Dias Sancho referida no seu legado bibliográfico.

Poder-se-á dizer que as críticas de José Dias Sancho a Júlio Dantas não se fizeram ouvir e a consistência de argumentação de J. Dias Sancho ao “*lindismo*” de Júlio Dantas não vingou.

Mas este polivalente filho de São Brás estava bem alicerçado. Tinha à sua volta bons amigos e muito em especial, Roberto Nobre e Francisco Fernandes Lopes, de Olhão, talvez o maior vulto cultural de Olhão e que mantinha correspondência com Fernando Pessoa⁸.

Mas como poderia *O Heraldo*, embora republicano e responsável, embora defensor dos valores culturais do Algarve, vingar num ambiente de província, profundamente religioso (apesar das tentativas de Afonso Costa), profundamente romântico / sebastianista (leia-se conservador)?

A inovação, a irreverência, as novas formas de expressão, “*futurista e tudo*”, estavam condenadas ao fracasso material. Algumas vezes Carlos Lyster Franco teve de “alterar” ou “provocar galhas” a troco dos lapsos de uma linguagem futurista, para poder agradar a gregos e troianos... Em 26 de agosto de 1917 suspendeu a publicação do jornal. Faltava papel para a impressão, por dificuldades de importação em cenário de guerra...



José Dias Sancho

Está por fazer uma análise à obra do multifacetado José Dias Sancho que a morte tão cedo levou, mas a sua audácia e consistência intelectual hoje são sobejamente reconhecidas⁹.

Foi advogado, jornalista, poeta, conferencista, crítico literário e caricaturista. Casou com uma filha de João Lúcio.

8 - Ver Manuel Cadafaz de Matos, **Francisco Fernandes Lopes, Um historiador na sua diversidade, elementos para uma biografia**, Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1994. São várias as provas desta correspondência e desta convivência, nomeadamente as fotografias de Francisco Fernandes Lopes com José Dias Sancho e com Roberto Nobre.

9 - Julgamos saber de uma parceria entre a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de São Brás de Alportel para a edição das obras completas de José Dias Sancho.

Carlos Filipe Porfírio (Faro, 1895 — Faro, 1970)

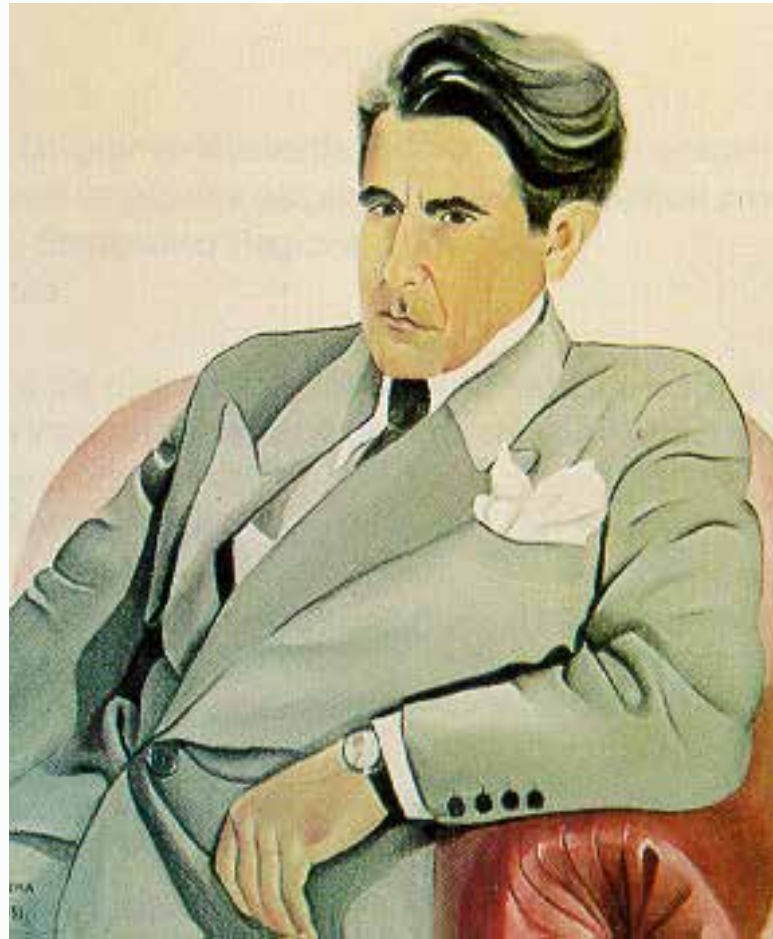
No Algarve *O Heraldo* e o movimento *futurista* deram visibilidade a dois jovens: Carlos Porfírio e Mário Lyster Franco. Se de Mário Lyster Franco muito se tem dito, tanto da sua vasta obra como da sua amizade com Bernardo de Passos e outros, de Carlos Porfírio talvez nem tanto quanto merece, especialmente no que concerne a São Brás de Alportel e às suas gentes.

Carlos Filipe Porfírio nasceu em Faro, na Travessa do Alportel, freguesia de S. Pedro, em 29 de março de 1895¹⁰. Casou em 1914 e teve um filho que faleceu aos 19 anos. O casamento foi dissolvido a 4 de outubro de 1921. Volta a casar em 1939 e em 1967.

Iniciou a sua colaboração em *O Heraldo* em 5 de novembro de 1916. Foi o principal mentor da rubrica de poesia “Gente Nova”, que é, nesse órgão de imprensa regional o eco do movimento desencadeado em Lisboa pela revista *Orfeu*. Utiliza o pseudónimo de *Nesso*.

Bernardo de Passos define-o como “o lírico doce e crente, um poeta a pintar”, a propósito da sua exposição de pintura realizada no Teatro Letes¹¹.

Foi fundador e diretor da revista *Portugal Futurista*, de que apenas se publicaria um número. Foi sócio da *Empresa Produtora de Filmes Sancho Lda.*, de José Dias Sancho, sediada em Faro e sócio fundador, com Roberto Nobre, da *Charb-Filme*.



Carlos Filipe Porfírio

Em 1950 fixa residência em São Brás de Alportel, no sítio dos Vilarinhos, onde viveu feliz, cerca de dez anos. Projeta a realização de um filme, rodado na região de São Brás de Alportel, em que populares deveriam contracenar com artistas profissionais. Infelizmente desapareceu quase todo o arquivo privado de Carlos Porfírio¹².

10 - Ver Emmanuel Correia, **Carlos Porfírio Cineasta**, Edições Colibri, 2001.

11 - *O Heraldo*, n.º 385, 10 de Junho de 1917, p. 2.

12 - Ver Emmanuel Correia, **Carlos Porfírio Cineasta**, Edições Colibri, 2001. Poder-se-á pensar-se que, atendendo ao facto de Carlos Porfírio viver só em São Brás de Alportel, alguém dos seus contactos tenha este espólio certamente valioso. Emmanuel Correia, natural de Aljezur, também passou por São Brás de Alportel enquanto professor do Ensino Primário.

Mais tarde fundou ainda o Museu Etnográfico Regional de Faro (atual Museu Regional do Algarve), inaugurado em 1962, do qual foi diretor.

Em novembro de 1970 morre em Faro, no Hospital da Misericórdia. Não deixou descendentes diretos.

Anos após a sua morte, por decisão bastante controversa, a maioria das obras do pintor, que constituíam, por certo, as mais valiosas peças do acervo do Museu e do Algarve, foram dispersas por vários Câmaras Municipais do Algarve. Muitas diligências infrutíferas têm sido feitas para conseguir o regresso das obras ao Museu que ajudou a construir e de que foi diretor.

José Roberto Dias Nobre

(São Brás de Alportel, 1903 — Lisboa, 1969)

José Roberto Dias Nobre, seguindo as influências do *Futurismo*, irá fazer em Faro algumas das obras marcantes do movimento futurista de 1916/1917. Pertence à segunda geração de pintores modernistas portugueses e recebeu, numa primeira fase, forte influência de José Dias Sancho, seu familiar¹³.

Filho do socialmente empenhado médico Silva Nobre, foi cineasta, crítico de cinema, pintor e caricaturista. Com uma atividade iniciada em São Brás de Alportel¹⁴ e continuada em Lisboa, nem sempre obteve os recursos compatíveis com a qualidade dos seus trabalhos, que hoje é geralmente reconhecida, tanto pelas diversas



José Roberto Dias Nobre

ilustrações das obras de Ferreira de Castro, como pelas exposições individuais que organizou e pela vasta obra avulsa que publicou em jornais e revistas¹⁵.

¹³ - José Augusto-França, *A arte em Portugal no século XX*. Lisboa, Bertrand, 1991.

¹⁴ - Ver *Ferreira de Castro / Roberto Nobre, Correspondência*, com Introdução, Leitura e Notas de Ricardo António Alves, Lisboa, Editorial Notícias, 1994.

¹⁵ - Ver, *José do Carmo Correia Martins, Subsídios para uma Biobibliografia São-Brasense*, São Brás de Alportel, 2017.

Também ele socialmente empenhado, teve mérito como cineasta e especialmente como crítico de cinema, com obra de referência. Da sua atividade plástica afirma-se ser possuidor de um estilo pessoalmente imaginado, com uma consciência humanitária ímpar para a sua época.

Embora não tivesse meios para adquirir um equipamento de filmar que mandou vir de Paris, passou, rapidamente, ao passo seguinte: fundar uma produtora, ou, pelo menos, dar-lhe um nome. Assim nasce em teoria a “*GharbFilm*” de Roberto Nobre e Carlos Porfírio, com a contribuição de doze empresários.

Alguns desentendimentos na “*GharbFilm*” levaram à criação da “*Sancho Lda*”, que realizou o primeiro documentário sobre o Algarve intitulado “No País das Mouras Encantadas”.

Assinou ainda a curta metragem “Charlotin e Clarinha”, uma comédia rodada em Olhão em 1925.

José Dias Sancho, Bernardo Marques (seu colega na arte), Julião Quintinha, Mário Lyster Franco e mesmo Assis Esperança, entre outros

algarvios, são certamente, cada um à sua maneira, seguidores da rebeldia criativa de Carlos Porfírio e Carlos Lyster Franco e companheiros prediletos de Roberto Nobre.

Poderemos afirmar que Roberto Nobre terá sido um artista multifacetado, seguidor do *Futurismo*, desde a sua participação nos primeiros números da Revista *Seara Nova*. O seu percurso artístico levou-o para Lisboa onde desenvolveu apreciável atividade até ao fim da sua vida.

Temos assim presença são-brasense e algarvia na cultura portuguesa de há 100 anos, tanto na perspetiva situacionista com Coelho de Carvalho e Júlio Dantas, como na perspetiva *futurista*. E cumpre registar com orgulho e agrado, em sua homenagem, a intervenção de diversos homens de São Brás de Alportel, no movimento *futurista*.

José do Carmo Correia Martins

A ÚLTIMA FRONTEIRA¹

Naquela noite a sua vida mudaria para sempre: Liu ensaiou mais uma vez o salto libertador. Medira dezenas de vezes aquele muro branco, estreito, com o olhar. Namorara-lhe cada aresta nas últimas noites e madrugadas, no pouco tempo que lhe sobrava quando, já tarde, regressava a casa.

A loja onde trabalhava estava na eminência de fechar. Seria difícil encontrar outro emprego e o dinheiro era escasso. Não conseguiria sobreviver mais de duas semanas sem um salário, pois as economias eram praticamente inexistentes. Sabia que, ali, na ilha de Henquin, estavam a terminar a construção do *campus*

da Universidade de Macau. O espaço fora arrendado à China; por isso, do outro lado do muro já era Macau: outras leis, outras vidas, outras oportunidades, talvez um bom emprego com um bom salário, num casino. Porque não? Para além dos trabalhadores das obras, havia já alguns alunos e professores a viverem daquele lado da ilha e autocarros frequentes para Macau e para a Taipa. Seria fácil apanhar o autocarro e, depois, em Macau, tinha alguns familiares afastados, que poderiam talvez ajudar nos primeiros tempos. Contava com isso, sonhava com a mão amiga que se havia de estender e atenuar as consequências da clandestinidade.



Àquela hora, toda a gente estaria recolhida em casa ou até a dormir e seria ainda possível apanhar o tal autocarro. Os motoristas nunca faziam perguntas e os seguranças deveriam estar a comer ou a dormir com aquele frio tradicional que iniciara o ano da Serpente. “Ia ser fácil, tão fácil que ia lamentar ter perdido tanto tempo e ter tido tanto receio... Longe iam os tempos em que, da China continental, muitos desesperados se dirigiam para Macau a nado e morriam muito antes de pisarem terra. Agora, os tempos eram outros: claro, se fosse preso e expulso, ficaria metido em grandes problemas, mas não, “ia ser fácil, tão fácil...”. Então, por que lhe disparava o coração no peito daquela maneira? De onde vinham aqueles suores frios que lhe escorriam pela testa e pelas mãos? Tinha de ter as mãos bem secas para se agarrar ao muro. Afastou-se, respirou fundo, tomou balanço, calculou matematicamente o salto e precipitou-se muro acima. Em poucos segundos estava do outro lado, caído e com uma perna a doer-lhe tremendamente. Não, não podia ter partido nada... Talvez tenha sido só do impacto.

E agora precisava de se colar às poucas árvores existentes, de forma a afastar-se dali, para depois chegar à paragem de autocarro mais próxima. Queria respirar fundo e suspirar de alívio, mas decidiu que só depois o faria.

Na paragem estava apenas mais um casal jovem. O autocarro parou e entraram todos. Trazia consigo alguns Hong Kong dólares para as despesas iniciais. Sentou-se, encostou-se e sentiu-se feliz e descontraído como se fosse mais um estudante que ia dar um passeio até à cidade. O autocarro atravessou lentamente o túnel e, quando estavam mesmo quase do outro lado, parou. Entraram três polícias, que pediram identificação a todos os passageiros... Foi nesse momento que tudo desabou. Tão breves, efémeros e penosos os instantes: nem visto, nem documentos!... Imediatamente o levaram para o interior do carro da polícia. Era aquele o último muro contra o qual esbarrava: a intransponível fronteira da clandestinidade – destruía a esperança de um futuro diferente, de um novo amanhã entretecido nos farrapos do sonho.

1 - Uma versão preliminar deste texto foi publicado no Blog Comunidades –RTP Açores (coord. Irene Blayer e Lélia Nunes).

Dora Nunes Gago

Nota da redacção

Pode estranhar-se a inclusão em SBA - Revista de Cultura do conto «A fronteira». A sua autora, Dra. Dora Gago, são-brasense de gema, está em Macau; o conto relata, por conseguinte, uma das cenas que a sua imaginação connosco partilhou, tendo em conta o ambiente em que ora vive.

Abre-se, assim, espaço, à narrativa de situações passíveis de ocorrer nos lugares da mui variada diáspora são-brasense.

A RABAÇA (OENANTHE CROCATA, L.) UMA PLANTA MUITO PERIGOSA



A rabaça ou arrabaça (de nome científico *Oenanthe crocata*, ora em diante apenas *O. crocata*), é uma planta da família *Apiaceae* (gênero *Apium*), família por vezes ainda designada pelo antigo nome de *Umbelliferae*, termo este derivado do inglês *umbrella*, inspirado na forma característica da inflorescência, com umbelas terminais semelhantes a um guarda-chuva. O nome científico deriva dos vocábulos gregos *oinos* (vinho) e *anthos* (flor), devido ao aroma floral semelhante ao do vinho.

Por se assemelhar bastante a uma planta comestível da mesma família, o aipo (*Apium graveolens*), pode ser confundido com este. Também sucede ser colhida inadvertidamente por confusão com o agrião silvestre (*Nasturtium officinale*), com que por vezes se encontra emaranhada no habitat que compartilham.

Além de rabaça ou arrabaça, outros nomes comuns da planta no nosso país são abodil, acibuta ou aciguta, canafreicha, embude (apenas bude nalgumas regiões), enanto-de-

cor-de-açafrão, nabo do diabo, prego-do-diabo, rabaçol e salsa-dos-rios. Note-se, porém, que podem ser encontrados alguns destes nomes para designar outras plantas da mesma família, que não a *O. Crocata*.

Evidenciando a perigosidade da rabaça, a sua denominação popular em inglês aparece como *dead men's fingers*, por na raiz se diferenciarem por vezes tubérculos com formato vagamente semelhante a uma mão humana, e *dead tongue* (língua morta). Já agora, o nome comum da planta em inglês é *Hemlock water dropwort*.

A *O. Crocata* tem raízes perenes, na descrição de alguns autores com forma de tubérculos carnudos, compridos e largos, semelhantes aos de algumas variedades de nabo; outros destacam o facto de as raízes serem constituídas por numerosos tubérculos, delgados e compridos, cuja forma faz lembrar uma mão.

O caule é muito troncado, verde claro, sem pelos, de secção quadrangular, com estrias e sulcos, oco, preenchido com seiva amarela. Produz bastantes ramos a partirem da base e pode atingir 2 metros de altura, embora normalmente tenha entre 70 cm e 1 m.

As folhas são grandes e recortadas, muito divididas, verde-escuras, triangulares, irregularmente lobadas, tornando-se menores à medida que se afastam da raiz; o pecíolo une-se ao pé da flor por uma bainha. Embora a planta seja parecida com a cicuta, as suas folhas assemelham-se mais às do aipo, às da salsa lisa e às do agrião silvestre. O seu aroma muito agradável, semelhante a salsa doce, não denuncia quão perigosa é.



Planta completa. Foto do Jardim Botânico da UTAD

As flores são brancas rosadas, agrupadas em umbelas terminais (semelhantes a um guarda-chuva), normalmente com 6 a 15 raios, mas que, por vezes, podem chegar mesmo aos 30 a 40 raios. Têm um odor semelhante ao do vinho (daí ser conhecida por flor-do-vinho entre os gregos). A época de floração estende-se de abril a junho.

Os frutos são ligeiramente ovais, na forma de uma bola de *rugby*, com apenas alguns milímetros de comprimento e uma grande comissura.

O *habitat* natural da rabaça inclui ambientes perturbados pela ação do homem, tais como aterros, depósitos de entulho, bermas de caminhos, matagais e relvados, mas vive sobretudo em zonas húmidas, como margens

dos ribeiros, rios e pântanos. Antigamente, era frequente encontrá-la nos pequenos tanques de rega comunitários, mais ou menos artesanais, das pequenas hortas familiares na nossa serra.

De notar que o facto de a planta crescer junto a cursos de água doce, leva a que, em certas situações, como chuvas intensas ou a remoção dos solos, a raiz, parte mais perigosa, fique exposta e favoreça a transferência de substâncias tóxicas para os ecossistemas aquáticos.

Perigosidade - Esta é uma das plantas mais venenosas (neurotóxica) da flora europeia, como comprovam os relatos, por vezes surgidos na imprensa, de morte de pessoas, devido ao consumo das folhas, e de animais devido à



Raízes
(foto do autor)



Caule com rama
(foto do autor)

ingestão das raízes. A mais elevada toxicidade reside no suco leitoso da raiz e do caule, que contém furfural, um aldeído volátil. Quanto às folhas, apesar da elevada perigosidade para os humanos, são normalmente procuradas pelo gado, que não parece ser afetado pelo seu consumo. Contudo, alguns autores referem que basta a ingestão de uma pequena raiz para provocar a morte de uma vaca.

A intoxicação em seres humanos está bastante estudada, podendo provocar, consoante a quantidade ingerida, náuseas, vômitos, diarreia, convulsões espasmódicas, trismo e riso sardónico, midríase, rabdomiólise, falência renal aguda, arritmias cardíacas, insuficiência

respiratória, coma e morte. Os sinais e sintomas aparecem muito rapidamente após a ingestão (uns 15 a 30 minutos), levando a alterações neurológicas, músculo-esqueléticas e digestivas.

Dada a gravidade e rapidez da intoxicação (pode ser fatal em poucas horas), recomenda-se que a suspeita de ingestão de partes da planta seja objeto de urgente vigilância hospitalar. Deve também ter-se em atenção que o próprio contacto com o tubérculo fresco pode provocar irritações e edema da pele.

Um dos nossos mais conhecidos mestres da medicina popular, o ervanário José Salgueiro, refere-se à planta nos seguintes termos:

“Planta muito venenosa. [...] não deve ser



*Aspetos da folhagem no início da primavera
(foto do autor)*



*Flor
Fotos do Jardim Botânico da UTAD*

empregada, seja a que pretexto for. Os médicos homeopatas (os naturalistas) só usam esta perigosa planta em alta diluição, onde já não existem os elementos químicos tóxicos que ela contém. Mas, mesmo assim, a sua utilização é posta em dúvida por muitos médicos alopatas ou de medicina clássica. [...] é uma das plantas mais perigosas que a natureza nos deu. Muito superior à cicuta.”

Usos - Pelas suas propriedades tóxicas, a planta costuma ser utilizada como veneno para ratos. Também foi utilizada pelas populações rurais na pesca furtiva, o que, além de constituir crime, é absolutamente de descartar por razões de segurança das pessoas e da fauna aquática.

Refira-se, à margem, que a rabaça não parece ter sido utilizada em pesca furtiva nas ribeiras da nossa serra. Noutros tempos, utilizava-se, sim, e com muita frequência, a raiz do trovisco, também uma planta extremamente venenosa. Neste caso, reunia-se uma quantidade suficiente de raízes para o volume de água do pego, maceravam-se com uma pedra, juntando água, e depois espalhava-se o produto com o auxílio de uma saca ou recipiente similar. Escusado será dizer que era dizimada toda a fauna aquática que não conseguisse resistir fora de água. Restava depois uma massa de água pestilenta que só o tempo e as primeiras chuvas de outono iriam dissipar.

Na Sardenha antiga, a *O. crocata* era utilizada em rituais de suicídio praticados por aqueles que, devido à idade ou a outras causas, se tornavam incapazes de se autossustentarem. Também foi usada na execução de criminosos condenados à pena capital. O efeito do veneno sobre a musculatura facial das vítimas provocava uma expressão de sorriso sinistro, apesar de espancadas até à morte, ou atiradas de um precipício. Este efeito, de causas então desconhecidas, ficou conhecido como sorriso sardónico (*risus sardonicus*).

Homeopatia e indústrias farmacêutica, cosmética e alimentar - Como normalmente sucede na vida real, a toxidade da planta não pode fazer com que apenas se lhe apontem os riscos e seja encarada numa perspetiva exclusivamente negativa.

Pela positiva, o que sobretudo importa salientar é que alguns dos compostos bioativos extraídos da planta são valorizados em diversas áreas, nomeadamente nas indústrias alimentar, farmacêutica e cosmética. Entre outras, são apontadas a estes compostos bioativos propriedades antifúngicas, anti-inflamatórias, antioxidantes, alergénicas e anticancerígenas, razão porque são incluídos na composição de produtos preparados em laboratórios.

Alguns homeopatas (naturalistas) usam-na numa diluição que é suposto prevenir o risco de toxidade, mas, dado o perigo envolvido, o mais importante é alertar para os riscos da sua utilização.

De registar também a contribuição da planta para a manutenção dos ecossistemas e na preservação da biodiversidade, pois as suas flores fornecem néctar para muitos insetos visitantes, como abelhas, vespas, besouros, formigas, moscas-florestais e joaninhas.

Proteção animal - Face ao tipo de riscos que a planta representa para alguns animais domésticos, é aconselhado o controlo do crescimento da *O. Crocata*, preferencialmente por meios mecânicos, desenterrando, secando e queimando a planta, ou recorrendo a herbicidas.

Num texto publicado na Internet em 25 de setembro de 2017, o Médico Veterinário Dr. António José Carola Espiguinha Cortes relata o sucedido numa vacaria situada na região de Elvas, de que resultou a morte de algumas vacas provocada pela ingestão desta planta. Nesse trabalho, disponível no sítio da Internet referido nas fontes bibliográficas, são incluídas várias recomendações para prevenir o consumo das raízes da planta pelos animais.

Bibliografia

CORTES, A.J.C.E. 2010, *Mortes súbitas numa vacada - Oenanthe crocata*. (<https://clinicavetsantoonofre.webnode.com.pt/news/mortes-subitas-numa-vacada-oenanthe-crocata/>), acedido em 4 de fevereiro de 2021.

CUNHA, A. Proença da, RIBEIRO, José Alves e ROQUE, Odete Rodrigues, *Plantas Aromáticas em Portugal Caracterização e Utilizações*, 3a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, ISBN 978-972-31-1170-5.

LIMA, Joaquim J. Figueiredo, *Plantas perigosas, Contributo para a cultura da segurança*, 1.ª ed., Plátano Editora, janeiro de 2012, ISBN 978-972-770-877-2.

SALGUEIRO, José, *Ervas, Usos e Saberes. Plantas Medicinais no Alentejo e outros Produtos Naturais*, 2.ª ed., Lisboa, Edições Colibri, 2004, ISBN 972-772-502-3.

Jardim Botânico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 5001-801 Vila Real, https://jb.utad.pt/especie/Oenanthe_crocata, acedido em 4 de fevereiro de 2021.

SALGUEIRO, José, *Ervas, Usos e Saberes. Plantas Medicinais no Alentejo e outros Produtos Naturais*, 2.ª ed., Lisboa, Edições Colibri, 2004.

VIDAL, Rute Costa, *Pesquisa de efeitos tóxicos de extrato de Oenanthe crocata em organismos aquáticos*, Mestrado Integrado em Bioengenharia Biotecnologia Molecular, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto, 2014.

Advertência

O autor não tem qualquer formação específica em Botânica, em Fitoterapia ou em outras disciplinas afins, pelo que este texto pode conter algumas informações incorretas e deve ser encarado com a necessária precaução. O propósito foi tão-só o de chamar a atenção para a perigosidade de uma planta que tem ceifado muitas vidas de pessoas e animais. Para esclarecimento de qualquer dúvida ou informação complementar, sugere-se a leitura dos muitos trabalhos de índole científica publicados por especialistas habilitados, nomeadamente os referidos nas fontes bibliográficas indicadas no final.

Virgílio Martins

Nota da redacção

Poderá parecer estranho que, no rol de textos de índole cultural stricto sensu, surja um sobre uma planta, ainda por cima venenosa! Tem essa inserção um duplo significado: é que entendemos por «cultura» não apenas as artes e as letras mas também as ciências, entre as quais, a Botânica se inclui. E, nesse caso, com maior razão, por se descreverem em pormenor as características físicas e as cautelas a ter em relação a uma planta da nossa serra, passível de ser confundida com algumas outras que são comestíveis. Numa altura em que se preconiza o retorno à Natureza e, por outro lado, o recurso a tantas plantas de uso comestível e medicinal que nossos avós tanto prezavam, este olhar atento que Virgílio Martins nos proporciona tem, numa revista de cultura, pleno cabimento. E muito lhe agradecemos esse novo olhar!

PRIMAVERA

De dia para dia o Inverno parecia despedir-se. Os dias notavam-se cada vez maiores, chovia com menos frequência e já não fazia tanto frio. Os campos cada vez mais verdes e agora floridos, em que o vermelho das papoilas punha uma nota colorida, eram um regalo para vista. Chegavam as andorinhas e nos campos ouvia-se o cantar do cuco. Lembro-me que as raparigas gritavam:

– *Ó cuco, quantos anos me faltam para casar?*

O cuco lá ia cantando uma vez, duas vezes...

Se o cuco cantava muitas vezes, diziam:

– *Tanto tempo, cuco. Estás enganado!*

No campo apanhavam-se favas e ervilhas e colhiam-se nêspersas. Ainda me lembro duma grande nespereira na horta do Vale Joio que

ficava por cima daquela grande nora e que eram as maiores e mais doces. E a aflição da minha mãe quando o meu pai trepava, qual equilibrista, sem rede, para as apanhar.

Vou ter que vos falar da horta do Vale Joio. Era a joia da família (do meu avô). Além da nora, que teve um motor a combustível, dos primeiros naquela zona, havia o grande tanque, com várias pedras de lavar à volta, e onde nós tomámos bons banhos. Dali se tirava quase tudo o que fazia falta para as casas da vila, dos meus avós e para nós, batatas, feijão, milho, verduras, além das frutas. As que eu mais recordo eram os peros, as peras, as ameixas e, claro, as nêspersas. O mais importante era a água muito boa, que nós trazíamos nos cântaros de cobre, que a mula



transportava nas cangalhas e eu no meio. Ainda me lembro de, nos dias de calor, ir metendo as mãos pela boca dos cântaros e apanhando um ou outro pero que tinham sido lá metidos e eu caçava para trincar. É que no Monte de Vale de Galega não havia poço perto de casa, tinha que se ir buscar a um poço relativamente perto, mas que não tinha uma água tão boa. Aí havia sempre passarinhos, que iam beber água e lembro-me do Ti Estevo estender uma rede para os apanhar, principalmente pintassilgos. Este homem vinha de S. Brás, pelo mato, com duas canastras enfiadas num pau ao ombro, com peixe para vender por aqueles montes. Como eu gostava quando ele aparecia! Trazia, além do peixe, novidades da Vila.

Lembro particularmente o “Dia de Maio”, como então se dizia.

De manhã bem cedo, lá estava o meu pai à beira da cama com o “balaio” dos figos e a garrafa de aguardente, *“Levantem-se, para atacar o Maio, senão ele entra!”*.

Figos, comia os que eu entendia; mas, como era criança, não estava autorizada a tomar o meu gole de aguardente; porém, para não quebrar a virtude e, excepcionalmente, colocavam uma gota de aguardente num figo.

Era nesse dia que se abria a caixa dos figos, que se tinham “acalcado”, no Verão, depois da apanha do figo. Secavam-se os figos em esteiras de cana, que se enrolavam ao anoitecer. Depois de secos, eram escolhidos, os melhores, “figo flor”, lavados com água e um fio de azeite e voltavam novamente ao sol. Depois, eram colocados na caixa de madeira, forrada com papel pardo, às camadas e polvilhados com erva-doce. Só se colocava nova camada depois de bem calcados.



Era esse o meu papel. A minha mãe estendia um pano e eu saltava para dentro da caixa, para calcar os figos. Nova camada, nova calcadela, até a caixa estar cheia. Fechava-se, para só ser aberta no Dia de Maio.

“Atacar o Maio” era qualquer coisa incompreensível, mas necessária, como se dissesse dependesse o que pudesse acontecer daí em diante. Inconscientemente, ligava a necessidade dessa prática ao facto de ouvir a minha mãe referir que, segundo a minha avó, o mês de Maio ter trazido acontecimentos funestos para a nossa família. Quando eu estava para nascer, o que aconteceu em Maio, havia grande apreensão, quanto ao desenlace. Afinal acabei por contrariar esse mau goiuro.

Nesse tempo, o Primeiro de Maio não era feriado, nem se comemorava o Dia do Trabalhador. Em vez disso, à tarde, saíamos de casa, com o farnel que a minha mãe preparara, que consistia principalmente em caracóis e foliar. Os caracóis eram os que eu e o meu pai tínhamos andado a apanhar há vários dias, pela manhãzinha, ou depois da chuva e que tinham ficado num cesto, para irem limpando. Não havia caracóis como os da minha mãe: bem lavados, em várias águas e depois colocados a cozer numa panela com água, sal, folha de alho, poejos e paus de orégãos. Depois de cozidos juntavam-se umas batatinhas cozidas. O foliar, amassado de véspera, era tendido no dia seguinte e colocado em vasilhas, para crescer. Os ovos, era eu quem os colocava, e às vezes a minha mãe dava-me um bocado de massa para eu fazer o meu foliarinho.

Com o farnel num cesto, procurávamos um campo bem florido, e isso era o que mais havia, a dificuldade só estava na escolha, e estendíamos uma manta, debaixo de uma árvore. Para mim, o mais importante não eram os pitéus, e logo me escapava para apanhar os malmequeres amarelos, que nós chamávamos de “pampilhos”, enfiá-los, com uma agulha, numa linha e fazer

os colares e pulseiras. Virávamos as pétalas às papoilas de modo a formar uma saia que prendíamos com um fio de cabelo, e eis uma bonequinha. Compunha ramos de flores com abelhinhas (que eram orquídeas silvestres), calças de cuco, rosmaninho, pampilhos e outras de que já não me lembro o nome, mas de que ainda vejo as cores. Outras vezes rebojava-me na erva, da qual se desprendia um cheiro intenso.

Maio era também o mês do meu aniversário. E como eu esperava por ele! Convidávamos as meninas de Vale de Galega e dos Machados, que não eram mais de seis. A minha mãe mandava fazer bolos em S. Brás à da M. Rosa Cabrita – os suspiros, os bolos da avó que nós chamávamos de chapeuzinhos, as cavacas e havia sempre uma grade de laranjadas e pirolitos (os célebres pirolitos de bola, ou seja uma garrafa com um berlinde no gargalo e que se empurrava para dentro para abrir), que vinham do Simão dos Vilarinhos. Eram os refrigerantes da altura e que se diziam tão bons por serem feitos com a água da Rocha da Gralheira. Será que ainda existe essa fonte?

As conversas são como as cerejas. Já me afastei no tema da Primavera.

Quinta Feira de Ascensão, quarenta dias depois da Páscoa, ia-se ao campo compor um ramo com um certo simbolismo, proporcionar abundância, pela bênção de Cristo. O ramo em número de sete de cada espécie era composto pelo trigo (o cereal), a oliveira (o azeite), videira (o vinho), a romãzeira (as frutas), os malmequeres amarelos (o ouro), os malmequeres brancos (a prata) e as papoilas não percebo bem, mas que enfeitavam bastante não há dúvida.

Este ramo era pendurado num local da casa, geralmente atrás da porta, e só de lá saía quando substituído pelo do ano seguinte. Ainda mantenho essa tradição. A propósito das papoilas e do trigo, no campo, toda a criança tinha que saber recitar o seguinte poema:

A papoila disse ao trigo:

– Como sou bela, meu amigo!

– Não tens pena de ser tão feia ao pé de mim?

Nisto, chega o camponês. Vai-se à papoila, colhe a flor. Ao trigo, pão dos seus filhinhos, enche de afagos e carinhos.

– Filhos, é bom ter formosura, mas a vaidade não traz ventura.

Lembro-me muito da “monda”. Era uma tarefa mais de mulheres. Com um sacho, arrancavam-se as ervas daninhas principalmente do trigo. Ainda sinto o cheiro da terra e da erva.

A minha mãe, a meio da tarde, levava um balaio com figos e, nos dias da cozedura do pão, fatias de bolo doce, que se fazia acrescentando à massa de pão açúcar e às vezes um ovo no meio, como o foliar. Era a merenda.

Deitada na erva, ouvia as conversas e, às vezes, histórias que vinham de outros tempos. Ninguém contava melhores histórias que o Compadre Belchorinho: “O Rapaz da Lebre”, “O Touro Azul”, “O Compadre João Grande e o Compadre João Pequeno” e outras.

Histórias sempre foram o meu encanto. Quando a minha mãe ia a Faro podia-me trazer coisas boas, como bananas, fiambre, chocolates, mas, se não me trazia um livro, eu ficava muito triste. Quando minha mãe me punha a dormir a folga, eu sentava-me no chão junto à janela e, com a claridade da frincha da janela, lia os meus livros. Também do meu agrado eram umas folhas que se recortavam com bonecas e respectivos vestidos, ou então com casas às peças que se montavam.

Aí vinha o Junho mais quente, a secar as ervas dos campos. Cortavam-se as favas e as ervilhas, arrancavam-se os alhos. As espigas de trigo e de cevada já estavam amarelas, cheias, a pender. Não tardava o Verão, com as ceifas...

Júlia Neves



A IDA A BANHOS

Desde que me lembro, nós íamos sempre, no Verão, para a praia de Quarteira, tal como acontecia com muitas famílias de São Brás. Na Primavera ia-se arranjar casa. Eram as casas que os pescadores arrendavam, mudando-se durante o Verão para os Cavacos, provavelmente para instalações que tinham nos seus regadios, vinhas e figueirais.

Geralmente arrendava-se a casa pela temporada: Julho, Agosto e Setembro. Porém, sempre me disseram que a minha mãe veio à pressa da praia, para eu não nascer lá. A verdade é que eu nasci a 18 de Outubro...

A princípio íamos na camioneta da Eva, passando por Loulé. A certa altura da viagem víamos o Ti Manel, que sempre trabalhou na



QUARTEIRA 1935

Da esquerda para a direita:

Em cima – A Hortênsia, sobrinha da tia Santa. O meu irmão José. A minha mãe comigo ao colo. O meu irmão António. O Sr. Belchior.

Fila do meio – A minha avó Francisca. O tio José Neves. A esposa, tia Santa. A esposa do Sr. Belchior.

As crianças – A minha irmã Francisca. O meu irmão Mário e a minha irmã, M. Anacleto.

casa da minha avó, no carro carregado com a “traquitana,” isto é, alguma mobília para a casa arrendada. Mais tarde passou a ser a mobília da nossa casa de estudantes de Faro a ir pelo comboio, até à Estação de Loulé. A que fica mais próximo de Quarteira.

De manhã íamos para a praia e era obrigatório o banho. A minha mãe entregava-me ao Ti Porfírio, o banheiro, e eu, quer quisesse quer não, era mergulhado na água fria do mar.

Depois lá nos secávamos ao sol e era a brincadeira. Quando calhava comia-se batata-doce, que era vendida por mulheres vestidas de preto.

De tarde íamos vestidos à praia. Já não se tomava banho, era só para a brincadeira e as senhoras, sentadas em cadeiras de lona, debaixo dos toldos, aproveitavam para fazer crochet ou malha, enquanto conversavam umas com as outras.

Tivemos várias casas ao longo dos anos. Ora era próxima da praia, na Aldeia dos Macacos, desaparecida há muitos anos. Ora na rua da central eléctrica, mas afastada desta, lá para o fim, devido ao barulho do motor, ora ainda na parte alta de Quarteira.

A primeira casa que eu me lembro de morar era na “Aldeia dos Macacos” onde também morava o Mário Pontes, filho do primo Lázaro. Era um largo, com saída para o passeio da praia com várias casas e um poço. Lembro-me que o João, meu irmão mais novo, atirava o resto da água que não bebia e o copo também ia, até se acabaram os copos de vidro naquela casa. Então o meu pai comprou-lhe um copo de pau.

Outro ano, fomos para um 1º andar, onde, na parte de trás, havia um estaleiro de construção de barcos de pesca e, do outro lado da rua principal ficava o cinema; uma hora antes da sessão da tarde ouviam-se por todo o lado os fados da Amália.

Mais tarde, as casas eram na parte alta, mais

distante da praia, mas com melhores condições. O pior é que eu e os meus irmãos João e Mário, na hora do almoço, tínhamos de carregar com as nossas irmãs mais novas, Hortência e Margarida.

Como éramos poucos, além dos sete, a minha mãe trazia sempre mais uma sobrinha para compensar, e aos domingos apareciam outros familiares. Cabiam sempre todos.

Mais tarde, quando o meu tio Mouzinho também arranhou casa, acontecia levar a minha avó, mas ela quando lá chegava, em vez de ficar com ele, dizia:

- Vai levar-me aos meus meninos, que éramos nós. Não ficava satisfeito...

A principal casa de comércio era a loja do Sr. Martins que era mercearia, vendia jornais e revistas, alugava livros e se recebia o Correio. Ficava na curva da rua principal por onde nós passávamos quando íamos para a praia.

Temos muitas fotografias dessa época com os familiares e amigos que se juntavam connosco, no Verão em Quarteira. Além de muitos são-brasenses, a maior parte dos veraneantes era de Loulé, com quem se fizeram muitas amizades e surgiram alguns namoricos. O único ano que não fomos para a praia foi aquele em que o meu mano José morreu e eu e o João fomos para um acampamento na mata de V.R. de Sto. António.

Um dia, tinha eu 4 anos, estava na praia e ouvi alguém dizer.

- Começou a guerra!

Lembro-me de ter perguntado:

- O que é isso, a guerra?

Anos depois acabei por saber.

Uma manhã estávamos na praia, eu e os meus irmãos, vimos passar dois ou mais aviões *Spitfire*, que vinham de Este para Oeste e cujos tripulantes nos saudaram, com a carlinga aberta, acenando com o braço. Noutra ocasião, de tarde, ia para a praia e vi surgir de Oeste para Este um avião grande quadrimotor, -um *Sunderland* que era do Comando Costeiro da RAF utilizado

na luta anti-submarina, pois as nossas águas eram percorridas por inúmeros comboios que vinham de Inglaterra para o Norte de África e os submarinos atacavam. Alguns destes aviões aterraram na praia, ou no mar junto à costa, por avaria ou já danificados. Lembro-me de ver com frequência, em Quarteira, ao longe, uma série de barcos e, uma vez passeando pela praia com o Botinas, descobrimos à beira mar um livro de bordo cujo conteúdo já não me lembro.

Há uns anos um indivíduo entusiasta da caça submarina, falando comigo sobre o assunto, disse-me que um são-brasense, amigo deste desporto, havia visitado, na maré-baixa um desses aviões submersos, pois alguns amaravam, e teria retirado de lá uma peça, só para recordação! Considerando os anos em que o avião está submerso tudo aquilo deveria estar de tal modo ferrugento que só para lembrança.

Voltando a Quarteira. Os primeiros edifícios junto à praia eram chalés de gente endinheirada, um deles da família Côco, de Olhão, ligados a São Brás por família.

A seguir aparecia uma rua perpendicular ao mar em cuja esquina estava a Pensão Mário e que ainda persiste, eventualmente com outro nome. As construções seguintes eram casas e mais chalés, sendo o último com uma arquitectura extravagante: uma escada exterior a desenvolver-se em direcção ao céu. Seria a rampa de lançamento para as estrelas? Ainda existe e o sentido daquilo dependerá da imaginação de cada um. Aí terminava a estrada da praia.

No outro lado da estrada, já na areia, existiam dois cafés: O Café Calcinha e Café Isidoro onde íamos comprar guloseimas, quando havia dinheiro.

Para adiante era areia e lá mais afastado existia uma casa de pasto chamada Toca do Coelho, onde hoje fica o Hotel D. José. Aliás, quase tudo mudou em Quarteira, pouco resta

desses tempos. Deixou de ser a nossa Quarteira.

Mais para Leste, lá longe, existia uma elevação no cimo da qual emergia uma construção chamada Forte, já em ruínas. Era um local até aonde se ia passear. Actualmente desapareceu devido ao avanço do mar.

Em sentido contrário, para Oeste era a praia dos pescadores aonde se comprava o peixe após a vinda dos barcos do mar. Ali era arrematada a carga do barco. Alguém começava a contar em ordem decrescente e quando chegava ao preço do interessado este dizia:

- Chui, o peixe é meu!

Estava feito o negócio. O comprador pagava e levava o peixe, que distribuía por vários mercados do interior do Algarve, chegando até ao Alentejo. Alguns pescadores da companhia dos barcos, ou que ajudavam a puxá-los, tinham direito a alguns peixes variados, eram as “partidas” que vendiam na areia. Era assim que trazíamos para casa uns quantos carapaus, algumas sardinhas, cavalas ou besugos.

Continuando para oeste, depois de percorrer algumas centenas de metros na praia de areia, ia-se até à foz de um rio onde, se caçava na época das rolas. A propósito disto lembro-me que fui uma vez com o meu irmão Tó vê-lo caçar.

Encontrámos lá um caçador que, dirigindo-se ao meu irmão, se queixou que eu afastava as rolas devido ao meu traje banal. Mas o tipo é que estava todo vestido de branco!

Actualmente é a zona da entrada de barcos para Vilamoura.

Voltando à praia, recordo que uma vez deu à costa uma baleia ou baleote de cor preta e pele de borracha, com cerca de 10 ou 12 metros, que nem de propósito escolheu o centro da praia para morrer. Foi uma desgraça. Passados dois dias ninguém podia ir à praia devido ao mau cheiro, o que aconteceu até que os Serviços Municipais de Loulé vieram retirar a carcaça.

Próximo do fim de Setembro, após a apanha

das alfarrobas e das amêndoas, era a época em que as pessoas do campo iam uns dias à praia. Chegavam de carro e macho e instalavam-se, na areia. De manhã bem cedo, toda a família ia ao banho, até o animal. As senhoras utilizavam como fato de banho as camisas de dormir que, umas vezes faziam balão e que, depois de molhadas se cingiam ao corpo. Nós não perdíamos o espectáculo.

No Inverno havia a visita do banheiro, o Ti

Porfírio, a São Brás de Alportel. Passava pela nossa casa, assim como a de outras pessoas conhecidas da época balnear, e ele regressava bem fornecido com grão, feijão, azeite, toucinho, enchidos e algum dinheiro.

Só deixámos de frequentar Quarteira quando foi construída a ponte para a Ilha de Faro. Era mais prático e podia-se vir almoçar a casa, mas perdeu-se aquela convivência de praia que eu recordo com saudade.



QUARTEIRA 1939

Da esquerda para a direita:

Em cima: ?, o menino Nunes; a D. Jaquelina; a Sanita de Brito; a Hortência, sobrinha da tia Santa; o meu irmão José.

As senhoras da fila do meio – senhora ?, a menina Nini; a esposa do Mário Dias; a minha mãe, M. Dias; a Sra. M. Neves a esposa do Sr. Raul.

As crianças – A minha irmã Francisca; deitado de fato de banho escuro, o Carlinhos, filho da D. Jaquelina; o miúdo atrás ?; eu, sentado; atrás de mim, a minha irmã, M. Anacleto; duas meninas ?, ?; deitado, o meu irmão Mário e, sentado, o meu irmão João; o neto do primo António Correia (Chora); o filho mais novo da D. Jaquelina e o menino mais à direita deve ser o Ângelo, filho do Sr. Raul; menina ?.

O MUNDO DA ALFARROBEIRA E DA ALFARROBA

1 - A “Novidade”

O cheiro da alfarroba transporta-me, numa viagem de sonho, a estas terras do Barrocal algarvio e à minha infância feliz. Acima de tudo, enquanto criança, vivi, no seio da família, em plena liberdade e em comunhão com a mãe natureza.

Agora, a memória passa-me cenas dos últimos anos da década de 40, início dos anos 50, quando entrava nesse mundo, muito particular, dos frutos secos.

São cenas de um barrocal onde se mourejava de sol a sol, na lavoura, nas sementeiras, nas eiras ou na recolha da “novidade” dos frutos secos. Memória dos anos 50 do século passado, Barrocal, a actividade económica dos frutos secos, é tudo o que vos quero descrever neste meu modesto contributo.

Tratarei primeiro das nossas alfarrobeiras e do seu precioso fruto, a alfarroba ou “farroba”, uma palavra muito nossa.

Desde que me conheço, acompanhava o meu pai, os trabalhadores e as “trabalhadeiras”, na apanha da alfarroba da amêndoa e do figo.

Dias de calor e de sombra. Homens no varejo e mulheres na apanha. No varejo, o mundo das varas de castanho, escolhidas e compradas, as melhores, nas feiras de Loulé, ou de Silves. Na apanha, o mundo das canastras, das alcofas de empreita, para a amêndoa e alfarroba, e o das “banastras” para o figo.

Mas, por agora, vou tentar fixar-me nas cenas da alfarroba. O resto ficará para mais tarde. Talvez noutra bobine.

Transporto-me para um mundo que já não existe. Meados de Agosto, sol abrasador e a Natureza a indicar o tempo certo para o início da apanha da alfarroba.

Contratação dos trabalhadores, homens e mulheres, suficientes para terminar a colheita lá para meados de Setembro. A azáfama de arranjar as varas, as sacas, os atilhos, a água para beber, as mulas, as albardas, as cordas e o almoço.

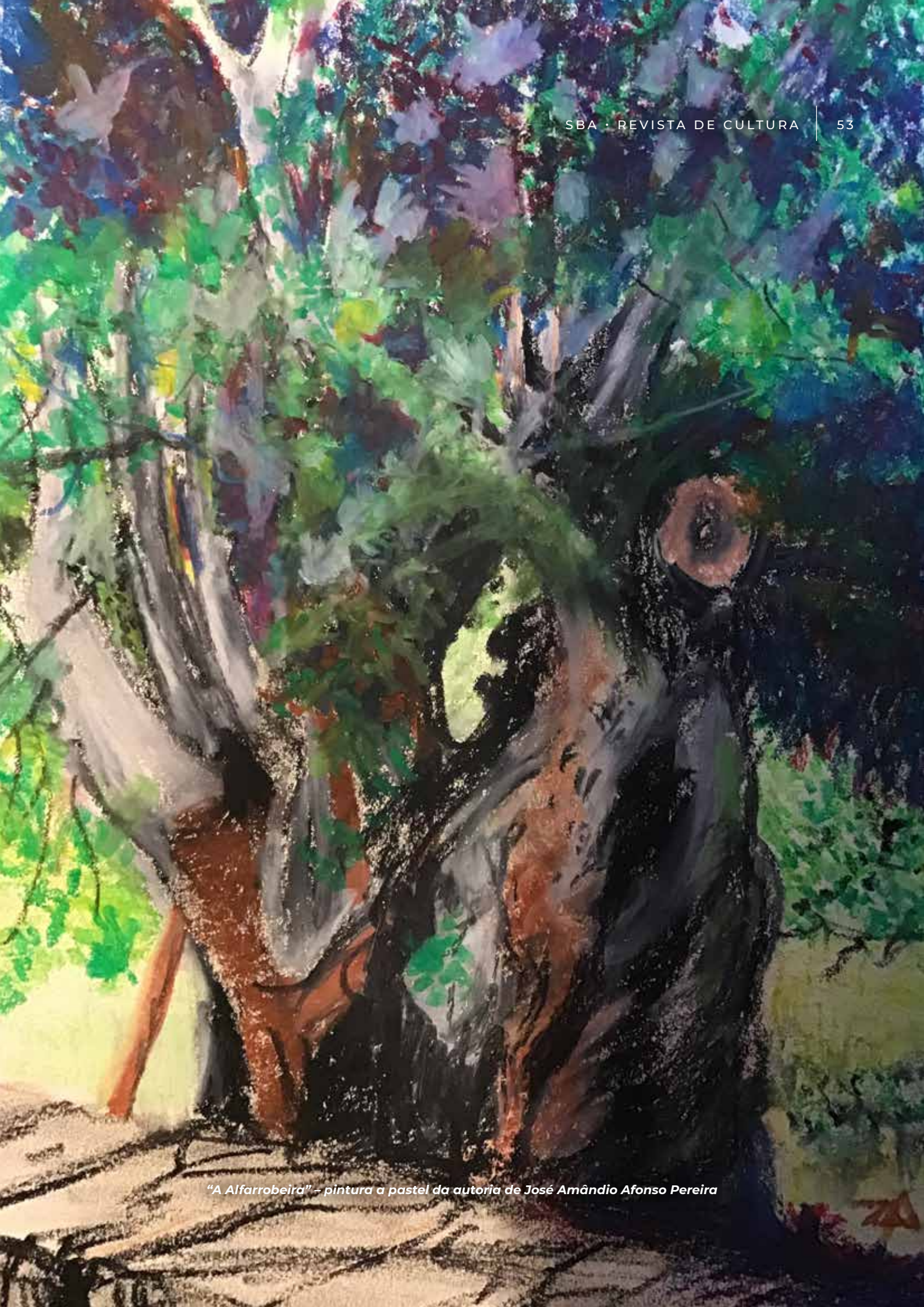
A apanha começava pelos terrenos mais afastados de casa.

A alfarroba ia caindo, depois de a alfarrobeira ser muito sacudida pelas varas. Há uma técnica no varejo. Não é à pancada, como muitos pensam, e fazem mal.

Para cair, a alfarroba tem que estar seca. Basta abanar e ela vem por aí abaixo. Com o actual aumento dos furtos, o agricultor tem um dilema, mais um: ou apanha cedo e ela cai com dificuldade, ou vai apanhar mais tarde e a produção já lá não está. Mas isto faz parte de uma outra história que envolve muitas zonas do saber que se vão mantendo de pousio.

Adiante, depois de muito trabalho de mãos, no meio dos cardos, dos tojos, dos rebentos secos, do pasto e tudo o mais, as mulheres lá iam, pacientemente, conversando e enchendo as alcofas ou as canastras. Despejavam-na em sacas grandes de sisal, destinadas ao transporte ou ao armazenamento. Cada saca, bem cheia e atada por quem sabe, pesa mais ou menos 40 kg! Nada disto se fazia sem muito suor e muito esforço.

Podem imaginar o que era, e continua



“A Alfarrobeira” – pintura a pastel da autoria de José Amândio Afonso Pereira

a ser, nos dias de hoje, este trabalho árduo. Temperaturas rondando os 40 graus, no meio do Barrocal, onde as brisas frescas do mar não chegam. Na zona de São Brás, no verão, temos mais dois graus de temperatura do que junto ao mar e no inverno passa-se o contrário.

A alfarrobeira protege-nos com a sua maravilhosa sombra.

Fornecia sombra para a apanha e para almoço e, melhor ainda, para uma “folga” repousante sob a frescura dos seus ramos. Não há no Barrocal árvore com melhor sombra.

A folga fazia parte da jornada de trabalho, quando ainda íamos almoçar ao meio dia solar e não ao indicado pelos relógios.

Como curiosidade, na época do filme da minha memória, ninguém, aqui no Barrocal, tomava pequeno-almoço, almoço e jantar. As refeições principais, nessa década de 50, eram o café ao nascer do sol, jantar ao meio dia, merenda na época de primavera-verão e ceia quando a noite ia chegando e o corpo pedia descanso.

Varejadas, apanhadas e ensacadas, as alfarrobas tinham que ser transportadas nas sacas até casa. Normalmente, o transporte era feito ao lombo dos animais ou em carroças. Em terrenos íngremes, os sacos eram levados às costas até ao local escolhido para serem carregados.

Os sacos, normalmente três, eram carregados no dorso do animal e sobre a albarda. O esquema para carregar os três sacos em cima da mula, ou do burro, sempre me fascinou. O colocar das cordas, a colocação do primeiro saco de um lado, a passagem das cordas para o outro lado, os nós especiais e o aperto final, utilizando o arrocho (ou garrocho, como por cá se diz), o equilíbrio da carga eram operações para os mestres do ofício.

Um erro nesta operação delicada era sinónimo de queda da carga ao primeiro solavanco da luar.

A operação da carga sobre a mula exigia uma pessoa de um lado do animal, outra do outro lado. A corda era estendida em duas

paralelas sobre a albarda. Uma saca era colocada e mantida de lado sobre as cordas. A outra, na mesma posição, colocada por outra pessoa que aguardava que, do outro lado, o outro lhe enviasse as pontas da corda para as poder passar por cima do saco e, cruzadas, voltar a enviá-las para o outro lado da albarda. Depois, eram atadas as pontas das cordas que tinham sido atiradas de um lado para o outro. Equilibradas e atadas à albarda as duas sacas, uma terceira era colocada, num impulso, em cima e no meio das outras duas. Estava carregado o animal com três sacos. A prática ancestral transformava esta operação complicada numa tarefa fácil. Faltava um último e imprescindível utensílio: a sobrecarga. Esta, em corda, da largura de uma mão-travessa, tinha numa das pontas uma peça em madeira em forma de um “V”. Servia para envolver e apertar o conjunto dos três sacos à albarda. O nosso garrocho (arrocho), um pau em forma de um “U” aberto, qual “boomerang”, com mais ou menos 60 centímetros, era enfiado por baixo da “sobrecarga”, torcendo-a ao máximo para a carga não cair e não tombar, nas veredas estreitas e íngremes que havia que calcorrear até chegar a casa. A mula sempre vigiada, sustida pela arreata, ou deixando-a à vontade mas acompanhada por perto. De vez em quando, era necessário parar e equilibrar carga. Se a carga caísse, era um problema sério. A mula assustava-se, atirava a carga ao chão e não se deixaria apanhar tão cedo.

Com 7 anos já eu ajudava o meu pai, sobretudo nas férias escolares, cuidando da mula que empurrava o engenho para tirar água da nora, guardando as vacas, as ovelhas e as cabras. Aos 10, já fazia o transporte da alfarroba até casa. Para mim, era um orgulho enorme desempenhar tal tarefa e responsabilidade. A essência desse transporte era poder regressar a cavalo, mais do que mostrar que era capaz de chegar ao destino com a carga. A viagem até casa era a pé, ao lado da mula. Chegado a casa,

alguém ajudava a descarregar os sacos. Enrolava as cordas e preparava a minha saída. Aí, muito feliz e contente, voltava a cavalo, orgulhoso da missão cumprida, fazendo a viagem de regresso ao local da apanha para nova missão. Era uma época de encantamento, pela responsabilidade que me colocavam em mãos e porque gostava de conduzir aqueles animais, por veredas e caminhos estreitos, no meio das pedras, às curvas, subindo e descendo, bebendo a paisagem, o céu, o sol e a liberdade até ao destino.

Quando o local era acessível a uma carroça tudo era mais fácil e diferente.

Em meados dos anos 50, eram poucos os caminhos que davam acesso a carroças. A Estrada Nacional 270 era praticamente a única via decente para a circulação de carroças na nossa querida terra. Fora desta estrada as acessibilidades eram nulas. Esta a razão para se estabelecerem tantos comércios junto à estrada EN 270 e à EN 2, dentro do nosso concelho, incluindo o dos meus avós e meus pais.

Chegando uma carroça ao local, apanhavam-se as alfarrobas, ensacavam-se e os sacos ficavam espalhados debaixo das alfarrobeiras até perto do final do dia. Atavam-se então os sacos e carregavam-se na carroça para o transporte até casa, uma ou mais vezes por dia se fosse o caso.

Uma carroça, puxada por uma mula, transportava no máximo sessenta arrobas.

Chegadas a casa do proprietário, através dos animais, das carroças, ou às costas, as alfarrobas eram despejadas, a granel, no armazém, para que os sacos voltassem a ser utilizados.

Aí, sentia-se o cheiro característico e intenso do "... chocolate algarvio, fruto das alfarrobeiras...", definição muito feliz do poeta António Aleixo, de quem voltarei a falar.

Ao despejar os sacos, ouvia-se a "rasmalhada" da alfarroba seca a espalhar-se. Os mais pequenos, como eu, aproveitavam o monte das alfarrobas para escorregar por ele abaixo.

Neste pequeno, ou grande, monte, a granel

ou ensacada, ficava a alfarroba até ser vendida.

A fase do varejo e da apanha era complicada e extenuante. Terminava sempre com uma refeição especial e um convívio, a "adiafa". A "adiafa" também ocorria na ceifa e na debulha.

Até meados de Setembro, normalmente, a fase da apanha acabava. As propriedades ficavam livres para se ir ao "rabisco".

O "rabisco" era uma prática tradicional, que permitia que qualquer um fosse apanhar, em propriedades já apanhadas, as últimas alfarrobas que, por qualquer razão, tinham ficado esquecidas no terreno, por estarem no meio de silvas ou rebentos, dentro das tocas, sob a folhagem, em geral, sítios de difícil acesso. Nas amendoeiras, o rabisco incidia mais sobre as que iam cair longe ou ficavam camufladas na folhagem.

A criança esperava por essa fase para apanhar alguns quilos de alfarrobas perdidas na apanha. Depois vendiam o rabisco ao comerciante e arranjavam algum dinheiro para comprar "as feiras", na feira de S. Brás, no início de Setembro ou na Feira de Faro, a 20 de Outubro.

Estas eram as feiras mais frequentadas pelas gentes da Mesquita Alta – o centro do meu mundo, na altura – entre Setembro e Outubro.

Em meados de Agosto, a mais importante era a Feira de Santa Catarina da Fonte do Bispo, mas aí ainda não havia autorização para "rabisco", nem alfarrobas apanhadas.

Nesta feira havia muito comércio de gado, sobretudo bois, vacas e bezerras.

Recordo os bois, as vacas, eu e o meu avô, num terreiro junto ao cemitério de Sta. Catarina, esperando os possíveis compradores e as conversas antes e depois da compra e venda. O preço era estabelecido, não em escudos mas em notas (10 notas, 20, 30... notas, etc.). Aprendi muito com aquelas transacções. Palavra dada, aperto de mão, negócio feito e cumprido. Bons tempos.

A nota era de 100 escudos, salvo o erro. É só fazer as contas!

Voltemos à bobine das alfarrobas.

2 – O comércio e a Bolsa dos Frutos Secos

Depois do esforço da apanha, vem a fase da venda. Para o agricultor, ainda nos dias de hoje, a venda é uma “operação de bolsa”. Nunca se sabe ao certo qual é o real preço. O preço chegava, e ainda chega nos dias de hoje, através dos intermediários que obtêm o “seu” preço através dos grandes industriais do sector.

Tendo vivido a apanha da “novidade”, ou “novedade”, como por aqui se costumava dizer, também desde muito pequeno acompanhei o processo do comércio dos frutos secos. O meu avô era comerciante de frutos secos e o meu pai também seguiu esse negócio.

Deste local da Mesquita Alta onde escrevo, o meu avô era um pequeno agricultor, tinha uma “venda”. O meu pai continuou com a agricultura, com a “venda” e com o comércio de frutos secos. Infelizmente, faleceu prematuramente num acidente com o tractor agrícola, precisamente na altura da apanha da alfarroba, numa propriedade do sítio do Bengado.

A minha mãe sempre orientou e dirigiu a “venda”. O meu pai sempre ocupou os seus dias e grande parte das noites, tratando dos animais, das árvores, das culturas e do comércio dos frutos secos.

Depois da apanha da “novidade”, termo hoje em desuso, o agricultor procurava vender os frutos dessa “novidade” – alfarroba, amêndoa e figo. A alfarroba, depois de apanhada, aguardava – no monte, ou em sacas – um preço favorável para ser vendida.

A receita muitas vezes era aplicada na compra de guano, sulfato de amónio e outros produtos necessários para adubar os terrenos e preparar o novo ano agrícola.

As arrobas de alfarroba sempre foram uma espécie de acções detidas pelo agricultor até arranjar comprador por bom preço, no seu entender, claro.

São vendidas quando o preço agrada, quando há necessidade de fazer novos investimentos, ou quando se pressente que o preço vai descer.

Sempre foi um valor em bolsa.

Tanto era assim que o Café Aliança era considerado, entre outras coisas, a Bolsa dos Frutos Secos.

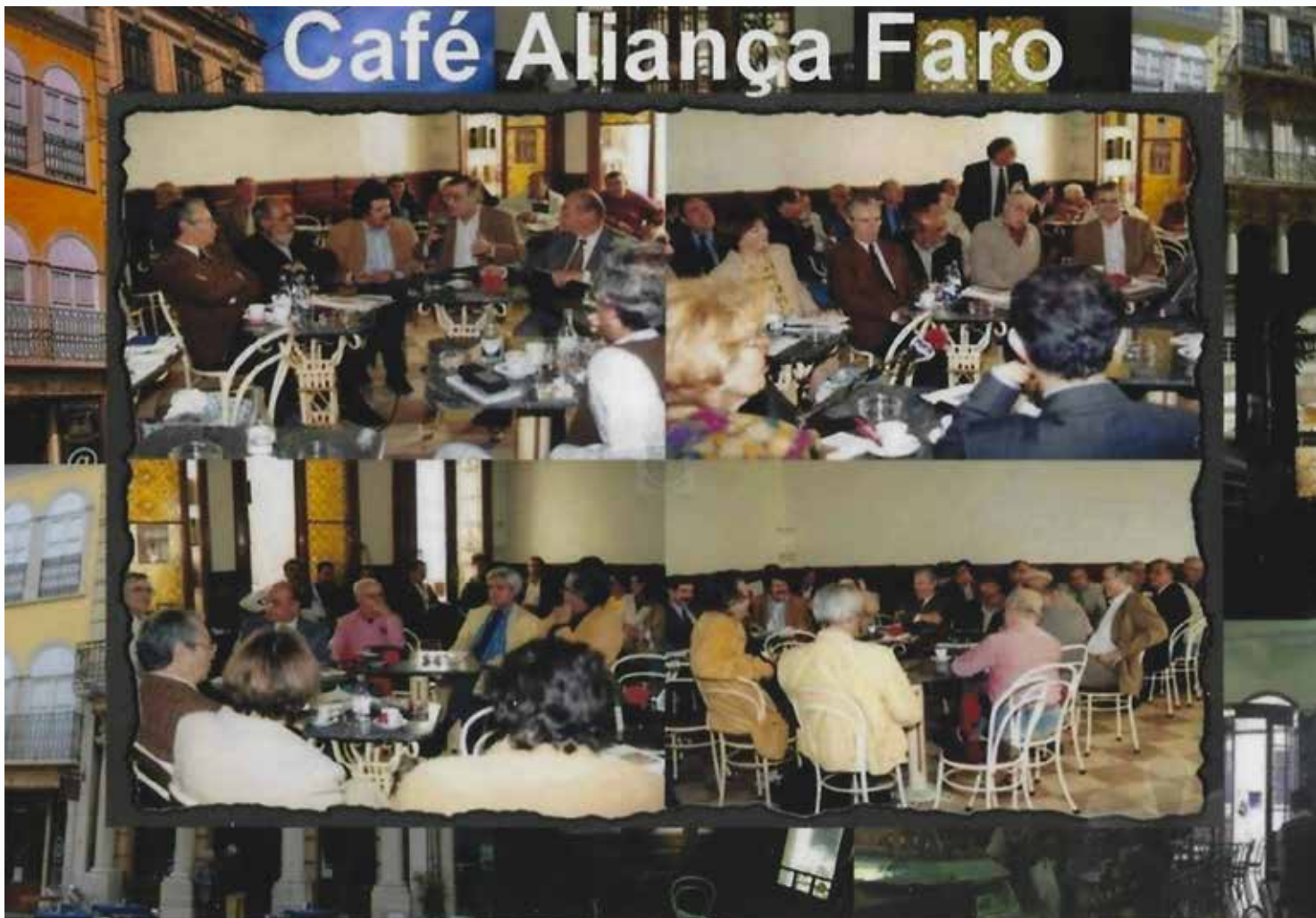
Volto ao filme que tenho na minha memória.

Por volta dos meus sete/oito anos, isto é, 1951/1952 e seguintes, comecei também a acompanhar o negócio da alfarroba na minha própria casa. Sendo o meu avô comerciante e o meu pai seu braço direito, assistia às perguntas dos proprietários sobre o preço que corria, às compras, às pesagens aqui no armazém, às contas e aos pagamentos. Noutros casos, as alfarrobas eram levantadas na casa dos proprietários e era todo um trabalho para encher sacos, pesar, anotar o peso e fazer as contas. Muita alfarroba estava em monte nas eiras. Hoje seria impossível. Saindo o agricultor de casa pela manhã, chegando ao pôr de sol, já não as encontraria. O furto deste fruto intensificou-se extraordinariamente.

Quanto às contas, nelas encontramos a convenção do chamado “quilo de bom peso”.

Por esta prática ancestral, quatro arrobas não tinham sessenta quilos, mas sim sessenta e um. Quando as pesadas eram em quilos certos, íamos fazendo riscos verticais na parede. Quatro riscos e um horizontal significavam cinco pesadas e assim sucessivamente. No final, era só fazer as contas, como dizia o outro.

Quando o meu avô tinha, como comerciante, quantia avultada para vender, ou pretendia sondar o preço que corria na “bolsa da alfarroba”, ia na camioneta da EVA, que tinha, e tem, uma paragem em frente à nossa casa, passava vinda de Tavira pelas 10H e seguia na outra camioneta das 10H10M para Faro. Em Faro lá ia até ao Café

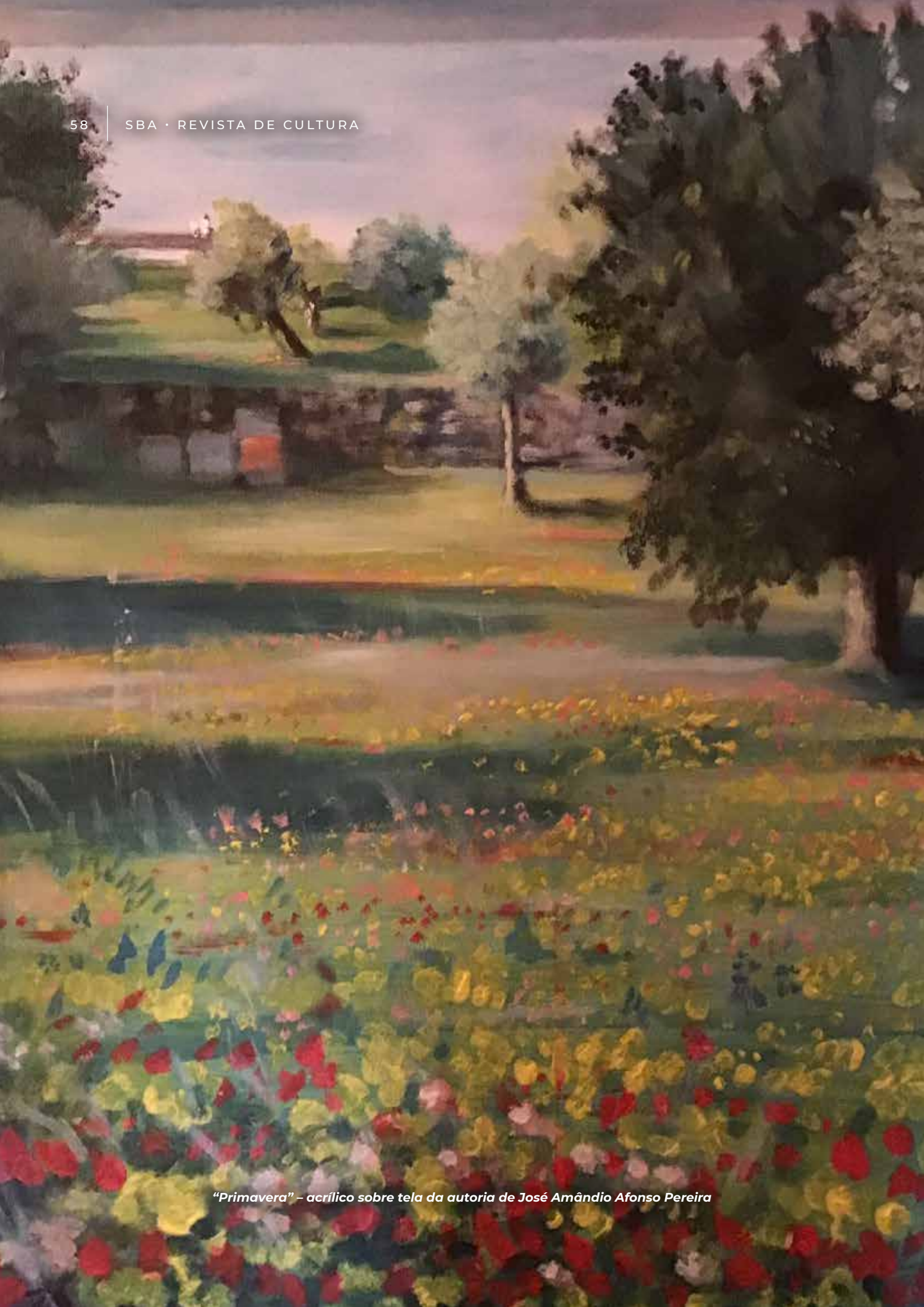


Aliança para se aperceber de como girava o mercado. Contactava com o António Neves Pires, com o Pegos, mais tarde com o Teófilo Fontainhas Neto e com Teodoro Silva e Manuel José Bernardino. Tudo grandes comerciantes do produto.

Normalmente optava por vender à casa António Neves Pires e Cia. Lda.

Curioso é que, no Café Aliança, para os que já não se lembram e para os jovens, o convívio era separado, consoante o estatuto e os interesses

comerciais. Os médicos, nos quais se incluía o nosso conterrâneo e saudoso médico, Dr. Virgílio Coelho, estavam no salão principal perto das grandes janelas, tendo do outro lado os professores do Liceu. No corredor, do lado poente ao salão principal, estavam os homens do comércio de frutos secos, havendo outra zona corredor onde se juntavam os industriais da cortiça. A uma cota superior, o salão que dava para a R. da Marinha era, em geral, frequentado por senhoras. Outros tempos!...



"Primavera" – acrílico sobre tela da autoria de José Amândio Afonso Pereira

Nesse tempo, o comerciante, se assim entendesse, poderia optar entre vender as alfarrobas e receber ao preço do dia da entrega ou transportá-las para os armazéns dos industriais do sector à consignação.

Isto permitia que o intermediário comerciante se visse livre do produto que comprava, por não ter lugar onde o armazenar. Colocado à consignação, o comerciante recebia um VALE, onde o comprador (industrial) declarava ter recebido do vendedor, à consignação, tantas arrobas de alfarroba. Estes vales eram guardados em casa do comerciante. Por sua vez, o industrial tinha a possibilidade de vender ou transformar o produto consignado. Os vales eram depois vendidos, muitas vezes na bolsa do Café Aliança, logo que houvesse oportunidade de lucro. Neste mercado dos vales já não se via a alfarroba, apenas o título.

A casa mais conceituada na altura era a de António Neves Pires e Cia. Lda. Um grande industrial de frutos secos da nossa terra a quem António Aleixo dedicou os seguintes versos:

*O Neves Pires sombrio
exporta para terras estrangeiras
o chocolate algarvio
filho das alfarrobeiras.*

Também outro grande nome do comércio de frutos secos era o Pegos. António Aleixo definiu-o assim:

*Há pegos no mundo inteiro
mas neste cantinho do mundo
há um Pegos que em dinheiro
é como um poço sem fundo.*

A “bolsa” funcionava às Quartas e aos Sábados. O meu avô lá ia tratar desse negócio. O meu pai, nos anos 50, fazia o transporte das alfarrobas para Faro no carro de mula. Levava cerca de 60 arrobas de cada vez. O percurso até Faro, normalmente nos meses de inverno, durava cerca de três horas. Descarregadas as alfarrobas, as carroças iam para o terreno, com montes de paus dos CTT a cheirar intensamente a alcatrão, onde veio a surgir o Hotel Eva. As mulas comiam enxotando as moscas. Os carreiros comiam pelas tascas que proliferavam à volta do edifício da Alfândega. Depois de almoço, era o regresso a passo lento de carroça até casa. O meu pai saía com destino a Faro por volta das 6 horas da manhã e regressava já a noite estendia o seu manto sobre a Mesquita Alta. Sabíamos quando ele estava para chegar, porque o nosso cão, o “Tejo”, saía ao seu encontro, quando o rodado do carro ainda não se ouvia a mais de um quilómetro de casa.

Tanto o meu pai como o meu avô traziam, de vez em quando, um embrulho com cheiro intenso, o café, moído na hora, da Mercearia Aliança.

O pai, nessa carroça, trazia-me, em cada ano escolar, os primeiros livros indicados pela professora da Mesquita Alta, Juliana de Sousa Valente. Os livros oficiais chegavam cheirando a café. Talvez por isso, ainda hoje, sou consumidor de café e de livros. As imagens na minha memória longínqua vêm sempre associadas ao cheiro da alfarroba e desse café.

3 – As vantagens de cuidar do pomar de alfarrobeiras

O que ousou dizer tem a ver com a minha experiência de pequeno produtor de alfarroba e pelo que recebi de pais e avós.

A alfarrobeira é uma árvore de regeneração espontânea. Não necessita de muita água para sobreviver. Não usa pesticidas. Não requer nenhum sítio especial para se armazenar a alfarroba. Pode manter-se em armazém por muito tempo sem perder qualidades e sem necessitar de cuidados especiais. Os únicos predadores são os ratos e os “amigos do alheio”. É, por consequência, de incentivar a sua plantação. O Barrocal tem muita pedra e, curiosamente, a alfarrobeira não se preocupa com esse meio ambiente e nasce no meio das pedras. Basta-lhe muito pouco solo arável.

Já tenho dito que o símbolo do nosso concelho deveria ser, não o sobreiro, mas o de uma alfarrobeira entalada entre duas pedras e a dar fruto. É só ir descendo para os Machados e focar a atenção na segunda curva da estrada. Aí está ela, verdejante, saída de entre duas grandes pedras. É uma força da Natureza com grande capacidade de adaptação ao nosso Barrocal. A sua grande utilidade ambiental e a sua rendibilidade têm sido esquecidas. Quando os poços e os furos secarem, voltaremos a clamar pela sua sombra e pelos seus frutos de múltiplas aplicações.

Falamos sempre do sobreiro e do seu rendimento. Mas temos que ter presente que a cortiça vem de 9 em 9 anos e a alfarrobeira dá frutos todos os anos. Uns mais, outros menos. A mão-de-obra é mais cara para tirar a cortiça do que para apanhar alfarroba. A cortiça tem muitas aplicações. A alfarroba também as tem, cada vez mais sofisticadas.

A alfarroba é aplicada na indústria farmacêutica, na nutrição e na alimentação.

Das sementes da alfarroba (grainhas) extrai-se «[...] uma goma, um aditivo de origem biológica ao qual não se conhecem efeitos adversos, o E-410, usado como espessante, estabilizante, emulsionante ou gelificante em medicamentos e alimentos, inclusive em fórmulas para lactantes, mas também na impressão de têxteis e papel ou na cosmética, por exemplo.

Já a polpa da alfarroba, triturada e torrada, dá origem à farinha de alfarroba (ou alfarroba em pó) hoje reconhecida como substituto do cacau. A farinha de alfarroba é utilizada na confecção de dezenas de produtos alimentares, incluindo pão, doçaria ou gelados.

Os triturados são também usados na produção de bebidas, desde licores a aguardentes e até cerveja artesanal. São também matéria-prima de alimentos para animais, uma das suas aplicações mais antigas, embora hoje seja usada em novas soluções alimentares para animais de companhia.

Por sua vez, os açúcares extraídos da polpa permitem ainda a produção de álcool para bioetanol.» (www.agroportal.pt, consultado a 22/06/2020).

«Portugal é o maior produtor de alfarroba do mundo e mais de metade da sua produção é exportada» (www.agroportal.pt, consultado a 22/06/2020).

Portugal teve, em 2017, uma produção anual de 40.000 toneladas, de acordo com estatísticas da FAO- FAOSTAT, ficando acima da Itália e de Marrocos.

A “alfarroba, fructo que se consome muito no paiz e hoje se exporta em abundância para Gibraltar, e paizes do norte serve para sustento das cavalgadas e gado vacum, aos quaes se dá ração, partida em pedaços, em lugar de cevada; he muito nutritiva pela grande quantidade

de sacarino que contém. Serve também de alimento à gente pobre, e torrada não deixa de ser saborosa... Valem hoje por bom preço, tendo chegado de 100 a 800 e 1000 rs, por sacco de quatro arrobas... Dá fruto todos os anos... Conserva sempre a sua bella folha verde escura.”¹

Como se constata, vem de longe a generosidade da alfarrobeira.

Como já repararam, sou grande amigo das

alfarrobeiras e gostaria que, no Algarve e no nosso Barrocal, lhes fosse dado o relevo que elas merecem, por razões ambientais – absorção de CO2 – culturais, sociais e económicas.

Espero que as minhas memórias ajudem a conhecer melhor o mundo da alfarrobeira e das alfarrobas e que reconheçamos quanto nos ajuda a sobreviver, poupando água e sem pedir nada em troca.

1 - Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve, de João Baptista da Silva Lopes, editada pela Antiga Academia das Ciências de Lisboa, em 1841, e reeditada pela Editora Algarve em Foco, I vol., p. 146.

UM CONCELHO DO ALGARVE CALCÁRIO

Um concelho do Algarve calcário, nos séculos da Idade Moderna, assim era apresentado o concelho de São Brás de Alportel em 1974, pela pena de Gaetano Ferro.

Merecia este destaque numa obra intitulada *Società umane e natura nel tempo – temi e problemi di geografia storica* – traduzida e editada em português pela Fundação Calouste Gulbenkian, sob o título *Sociedade humana*

e ambiente, no tempo – temas e problemas de geografia histórica – que inclui um estudo comparativo, com base em trabalhos de campo realizados 20 anos antes, entre territórios de “antiga civilização”, exemplificativos de “territórios costeiros do ambiente mediterrâneo”, nesse contexto confrontando o Algarve, a Ligúria e o Sudoeste Siciliano.

O caminho de Ferro até S. Brás

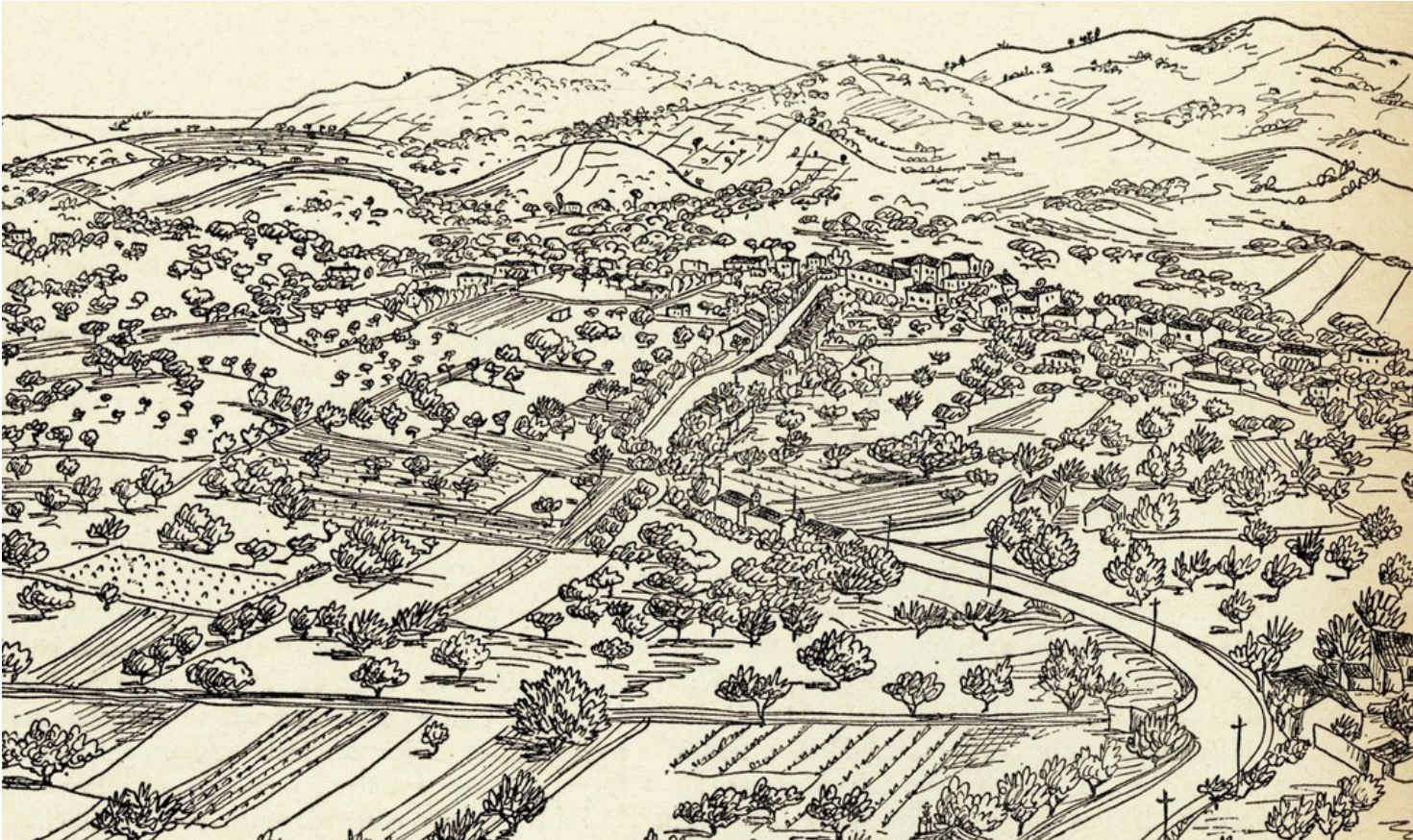
Mas, antes de mais, como acaba um geógrafo italiano no concelho de São Brás de Alportel, elegendo-o como *ex-libris* da condição mediterrânica do Algarve e, inclusivamente, incluindo-o como peça fundamental num estudo de geografia histórica incidente sobre territórios costeiros, quando não há um metro dos seus limites administrativos que seja banhado pelo mar, ou sequer perto disso?

Num exercício que se assume especulativo, um sambrasense pode ter desempenhado um papel determinante.

Gaetano Ferro visita Portugal pela primeira vez em 1954, determinado a estudar o Algarve, por sugestão do seu conterrâneo Roberto Almagià, da União Geográfica Internacional. Iguamente por recomendação de Almagià, Ferro dirige-se a Orlando Ribeiro, eminente geógrafo português, de renome internacional. Este, acolhendo o colega italiano, rapidamente o integra numa prospeção por terras algarvias, mas não sem antes obter a orientação de figuras como, por exemplo, Manuel Viegas Guerreiro, etnólogo algarvio.

Por essa altura, Viegas Guerreiro trabalhava no espólio de José Leite de Vasconcelos, referência cimeira da linguística e da etnografia, bem como da arqueologia, que havia falecido em 1941. Por sua vez, Orlando Ribeiro havia sido dedicado discípulo, penhorado amigo e activo testamenteiro de Leite de Vasconcelos. Também aluno de Leite de Vasconcelos, aquando da sua passagem pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, fora Estanco Louro, cujos métodos de trabalho e opções futuras seriam também marcadas por tão ilustre mestre².

Estanco Louro deu à estampa, entre 1928 e 1929, *O Livro de Alportel*, fruto de mais de uma década de trabalho, entre recolha e interpretação de dados, e reflexão sobre os mesmos. Mas a longa gestação deu frutos, e esta obra (à data laureada como a melhor monografia sobre uma região de Portugal, num concurso da especialidade), centrada na realidade de São Brás de Alportel, é inclusivamente considerada por Pedro Prista³ como sendo uma das poucas obras – a par apenas da *Corografia do Reino do Algarve*, de Frei João de S. José (séc. XVI) – do fundo bibliográfico



*Perspectiva sobre São Brás de Alportel - Ilustração de Anne Marie Jausse.
Revista Panorama n.º 21, de Junho de 1944, p. 67*

algarvio que problematiza verdadeiramente a região e dá conta de uma realidade social, alcançável pela experiência etnográfica.

Não se considera assim abusiva a hipótese de que esta intrincada teia de referências, que inevitavelmente o conduziu até Estanco Louro e à sua *opus magnum* (que, aliás, utilizou como

bibliografia de referência), tenha sido decisiva para que Gaetano Ferro se tenha deixado atrair e seduzir pelo sortilégio sambrasense, exalado pelas suas paisagens.

E o que encontrou então o mestre geógrafo italiano, por terras de São Brás?

1 - Ferro, G. (1986). *Sociedade humana e ambiente, no tempo – temas e problemas de geografia histórica*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 23.

2 - A este propósito, será sempre de consultar Ferreira, A. (2009). *Estanco Louro (1890 – 1953) – Um esboço da sua vida e da sua obra*. Monografia do Curso de Licenciatura em Património Cultural. Gambelas, Universidade do Algarve.

3 - Prista, P. (1997) *O Livro de Alportel e a etnografia em Estanco Louro*; in: *Etnográfica*. Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Social, Vol. I, n.º 2, pp. 259-270.

São Brás aos olhos de Ferro

Um território posicionado no ponto em que a “série de relevos xistentos do maciço antigo [Serra] entra em contacto com as colinas calcárias da orla secundária (Barrocal) através de uma falha facilmente identificável”, e próximo “dos sectores sobreviventes de uma área florestal antiga e extensa”⁴, vincando-se de imediato na impressão de Ferro o contraste acentuado entre as duas principais unidades de paisagem sambrasenses. Este contraste acentuava-se, ainda mais, pela rede hidrográfica assim determinada, com vales tortuosos talhados incisivamente nas íngremes vertentes do xisto serrano, e planos fundos nos vales das colinas calcárias barrocais, bem como pela natureza da circulação da água, predominantemente superficial na Serra impermeável, subterrânea no Barrocal cársico.

Também a generosidade dos solos meridionais do concelho afrontava, por

contraponto, a aspereza e aridez do Norte da freguesia. Mesmo dentro dos primeiros, zonas como os Vilarinhos são destacadas, por força do acentuado contraste entre a produtividade e fertilidade da zona de vale e a muralha calcária que, a norte, desde a Gralheira até à Aldeia dos Ratos, com ela confronta.

Não obstante a cuidada descrição do contexto biofísico, o estudo conduzido por Ferro inseriu-se no ramo etnológico da geografia, com um pensamento direccionado para a antropologia cultural e social e, consequentemente, mais focado numa apreciação analítica e comparativa das culturas – recorde-se que o Algarve era aqui analisado em paralelismo com territórios congéneres de Itália – à qual interessa, fundamentalmente, uma melhor compreensão dos factores que as influenciam e dos processos que as moldam.

Uma ruralidade marcante

Desse prisma, São Brás apresentava-se então como um território marcado por um carácter quase exclusivamente rural, “no qual as actividades dominantes, quando não únicas, são as agrícolas”⁵.

Não surpreende, uma vez que a agricultura como matriz da ruralidade sambrasense é de antanho. Quer no recenseamento de Frei João de S. José (*Corografia do Reino do Algarve, 1577*), quer na *História do Reino do Algarve*, de Henrique Fernandes Sarrão, do dealbar do século XVII, o então lugar de São Brás de Alportel é descrito como “muito fresco e fértil de pão, de infinita caça e frutas”⁶, sendo reportado o figo, a alfarroba, o esparto e o palmito, como as suas produções

mais fortes. Mais tarde, nas *Memórias Paroquiais* de 1758⁷, é-nos descrito como as terras de S. Brás, apesar da sua fragosidade e aspereza (por força de presença abundante de pedra, notavelmente em locais como Penedo Gordo, Funchais e Vale Carvalho), se suavizam com vários pomares e fazendas de árvores frutíferas, como figueiras, oliveiras, alfarrobeiras, amendoeiras, ameixeiras, romãzeiras. São igualmente descritas terras cerealíferas e vinhas que produzem “o mais excelente vinho que carregam as embarcações”⁸. Sendo o sequeiro a norma, não deixam de ser referenciadas manchas de regadio, ou em fundo de vale, ou aproveitando o afloramento de águas em certas zonas, como nas Hortas e Moinhos,

Horta dos Vilarinhos ou Fonte Santa. Também surge destacada a produção de carvão na Serra, comercializado a partir de Alportel *urbi et orbi*, a par de curiosas memórias de outras culturas,

caso da cerejeira ou do castanheiro (zona de Paris) – nada comuns por estas bandas – acompanhadas ainda do registo de lobos, nas charnecas da Serra, nos arredores da Ameixeira.

Presença mediterrânica

A Gaetano Ferro manifestamente encantou a confirmação do carácter mediterrânico destas terras, inegavelmente presente no engenho e artifício humano empregue no povoamento e na criação e aproveitamento de espaço, através do esforço da despedrega e do arrumo da pedra, mais notavelmente na armação de socalcos – ainda hoje visíveis em tantas encostas sambrasenses. Não será certamente gratuita a afirmação de que, no contexto das paisagens mediterrânicas, “foi mais o suor vertido no desbravamento das encostas (...) que na construção das pirâmides”⁹. Ferro chega mesmo a afirmar que “o exemplo português [S. Brás] parece-me pôr em relevo, talvez com maior clareza do que o lígure, o esforço secular das comunidades rurais com vista à conquista do solo cultivável e à sua conservação”¹⁰. Confirma assim o que já Orlando Ribeiro havia também afirmado: que a permanência e sobrevivência

em contexto mediterrânico representa “esforço sustentado, onde uma vitória só se alcança com luta e se mantém com ininterrupta vigilância”¹¹.

Igualmente interessante para Ferro foi um outro testemunho da essência mediterrânica vocacional do Algarve, ainda que revelado num atlantismo posicional, com a diferenciação consciente entre a faixa calcária e o “verdadeiro Algarve, limitado ao litoral”¹², posicionando-se S. Brás em posição de charneira. Ainda hoje é possível ouvir aos nossos anciões serranos a expressão “ir ao Algarve”, em referência à ultrapassagem do limite meridional da Serra. Esta relação fracturante entre o Algarve litoral e interior tem fortes raízes no facto de as gentes do último no primeiro não se reverem. Curiosamente, encontra-se um sentimento semelhante ao longo de toda a margem do Mediterrâneo, como por exemplo na região de Mostar, Bósnia-Herzegovina, em que se afirma

4 - Ferro, G., *op. cit.*, p. 186.

5 - Ferro, G., *op. cit.*, p. 186.

6 - Guerreiro, M. V. e Magalhães, J. R. (1983). *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, p. 165.

7 - ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 19, p. 165.

8 - *Ibid.*

9 - Matvejevitch, P. (2019). *Breviário Mediterrânico*. Lisboa, Quetzal Editores, p. 77.

10 - Ferro, G., *op. cit.*, p. 201.

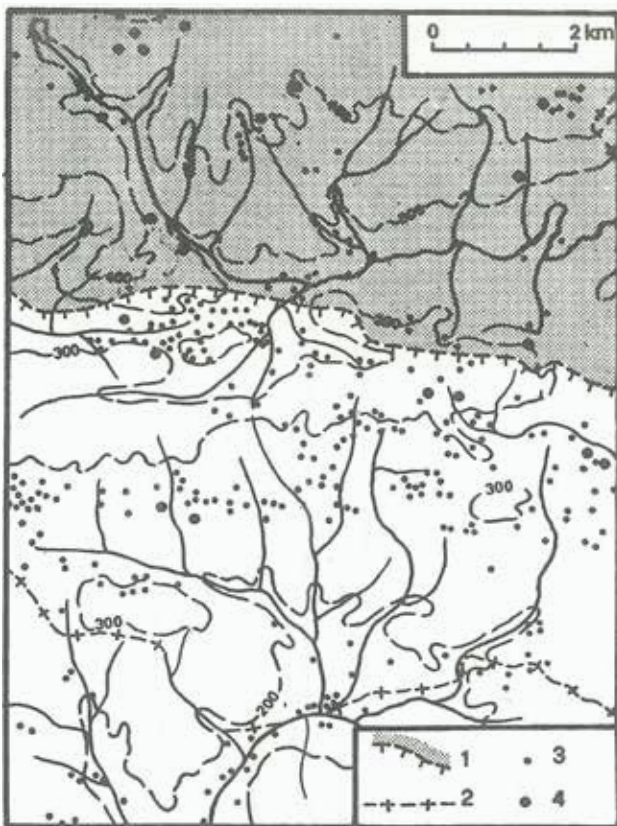
11 - Ribeiro, O. (2011). *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 49.

12 - Ferro, G., *op. cit.*, p. 192.

que “mal se transpõe a primeira montanha interrompe-se a ligação com o mar, a região transfigura-se (...) em terra do interior”¹³.

No caso sambrasense, para esta sensação muito terá contribuído a concentração do povoamento. Surge mesmo a descrição de uma “*civitas continuta*” – cidade contida, numa mistura entre latim e italiano, eventualmente

derivada de lapso menor na tradução do original. Esta nucleação confinada apenas se irá expandir a partir da melhoria das condições de segurança e da organização das vias de comunicação em finais do século XIX, nomeadamente para zonas de encostas de Barrocal ou em novas aglomerações, situadas junto a estradas.



Povoamento de São Brás de Alportel. Ferro, op. cit., p. 193

Alportel, no Algarve calcário. À esquerda, o território: 1, terrenos xistentos da Serra e a sua linha de contacto com o Barrocal; 2, limites administrativos do concelho; 3, poços; 4, nascentes e fontes. À direita, a distribuição da população: lugarejos e aglomerados: 1, referidos na Memória Paroquial de 1757; 2, mais recentes; 3, sede da freguesia e, depois, do concelho; 4 e 5, áreas de maior densidade de povoamento (4, em 1757; 5, de desenvolvimento posterior)

¹³ - Matvejevitch, P., op. cit., p. 92.



População activa agrícola no Algarve. Cavaco, C. (1976). O Algarve Oriental : as vilas, o campo e o mar. Faro, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, p. 420

Paisagens em fuga

O São Brás de Alportel com que Gaetano Ferro se depara então é, efectivamente, um território mediterrânico de pleno direito, ainda assente numa economia que se poderia afirmar fisiocrática. Agricultura ocupava cerca de 60% da população activa – não só através de proprietários, mas também de assalariados –, dividindo-se a restante massa laboral entre indústria (30%, com a cortiça em destaque) e comércio.

Em termos de distribuição da população pelo território, já então se configurava a concentração abaixo da latitude serrana, congregando-se a norte apenas uma percentagem residual dos habitantes. Grandemente desflorestada, em consequência da Campanha do Trigo de 1928-1938 (destinada a tentar mitigar a terrível fome que grassava no País – ainda que não necessariamente em S. Brás – na ressaca do caos da I República, mais do que a cumprir qualquer objectivo ideológico de autarcia do regime ditatorial instaurado em 1926), da Serra já se

havia apagado o episódico – e pouco significativo – aumento populacional nessa extensa zona, gerado por esse empreendimento entre o seu início e o final da II Grande Guerra.

Aliás, São Brás encontra-se, nessa altura, em plena quebra populacional. Desde os primeiros anos da década de 1910, quando os censos registaram o máximo histórico de mais de 12 000 residentes na então freguesia (note-se que hoje a população se cifra pelos 10 416, de acordo com dados da Pordata), a queda foi constante até ao raiar do século XXI. Em meados do século XX, residiriam no concelho aproximadamente 9 500 almas, fruto de significativos fluxos migratórios, para o estrangeiro (França sendo o destino principal), Alentejo, Lisboa e subúrbios, bem como para o litoral algarvio, já então a iniciar o frenesim turístico que, a partir dessa altura, marcará o ritmo da região.

Esvaziavam-se então, paulatinamente, as terras das gentes que lhe conferem alma.

São Brás de Alportel, um ex-libris regional?

Analisado o retrato de Gaetano Ferro, poderiam as suas conclusões, de uma “mediterraneidade” inequívoca das paisagens e da cultura sambrasense, ainda para mais num contexto de comparação com outras regiões, directamente banhadas pelo *Mare Nostrum*, estar eivadas de um deslumbramento pela novidade de terras para si desconhecidas?

Na década de 40 do século XX, teve início o projecto das Pousadas de Portugal, idealizado por António Ferro para dinamização da oferta turística em Portugal, num roteiro que desenharia um “mapa pontuado por experiências de portugalidade, sejam estas naturais, culturais ou históricas”¹⁴.

São Brás de Alportel integrou a rede pioneira destas unidades hoteleiras, sendo a sua, em 1944, a 5.ª a ser inaugurada. Com projecto de Jacobetty Rosa, “luminosa e caiada”¹⁵, a escolha da sua localização deveu-se precisamente à representatividade regional do contexto paisagístico, para ilustração de um determinado Algarve idílico, merecendo inclusivamente destaque no n.º 21 (Junho de 1944) da revista *Panorama*, instrumento de comunicação

do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Descrita como “uma vila branca situada em pleno coração da serra”, cujo “grande cartaz de turismo é a paisagem de sonho que a rodeia, onde avultam cordilheiras cercadas por neblinas, desfiladeiros e vales profundos, castelos de nuvens e campos infindáveis onde florescem amendoeiras”¹⁶, São Brás de Alportel materializava assim a essência da paisagem algarvia de Barrocal e, consequentemente, mediterrânica.

Também em aspectos climáticos, esta era uma zona de particularidades assinaláveis. É assim que, numa oportuna confluência de terrenos disponíveis e condições microclimáticas, São Brás de Alportel é escolhido para instalação, em 1918, do Sanatório Carlos Vasconcelos Porto, sendo determinante identificar-se aqui uma “zona óptima hibernal do Algarve, pela máxima protecção orográfica e uniformidade térmica inexcelsível”¹⁷.

Parece então ser verificável um certo carácter de singularidade neste local, identificável de vários prismas, verificado também pelo mestre italiano.

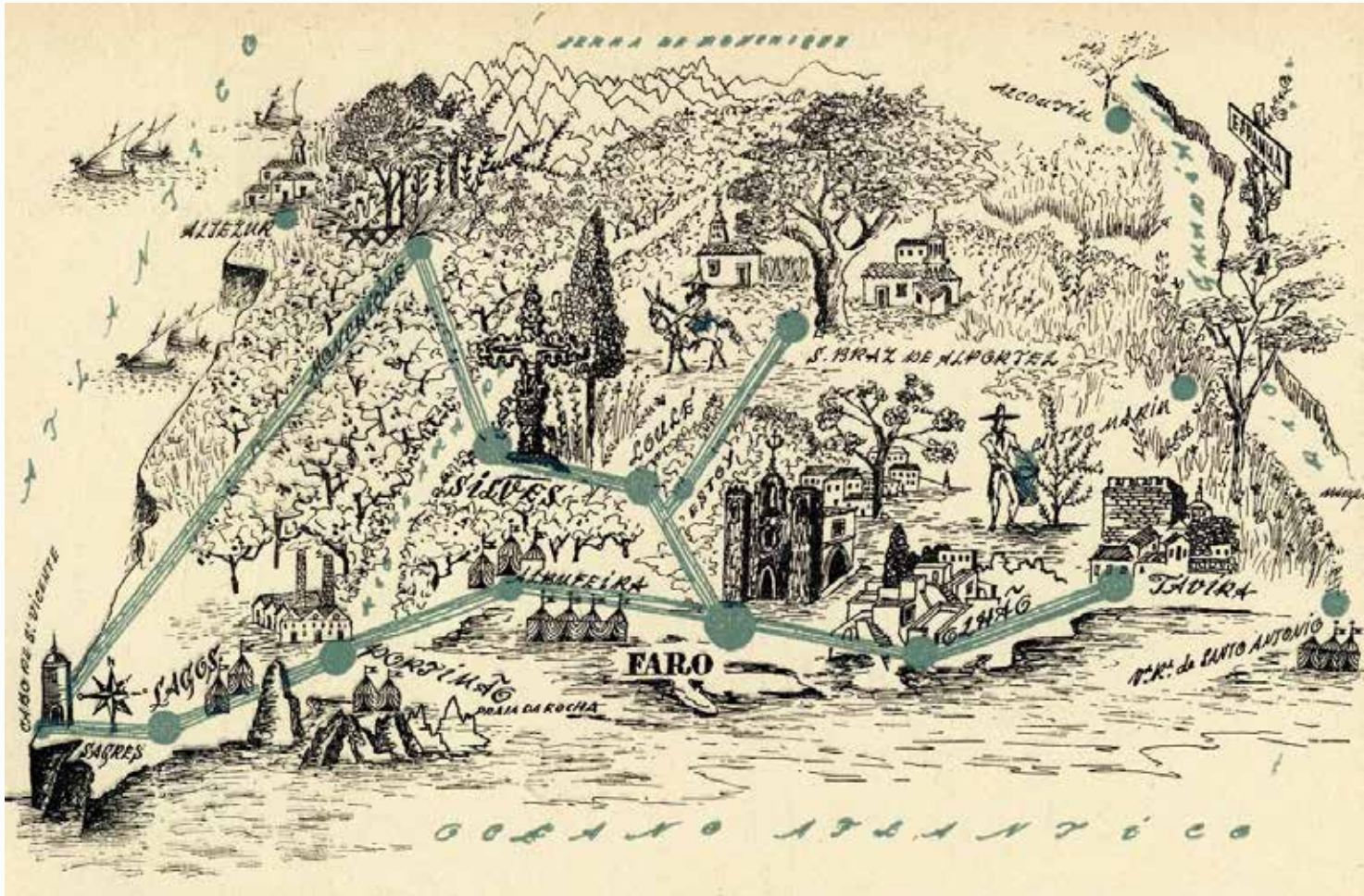
E agora?

Na sua análise de São Brás de Alportel, Gaetano Ferro identifica traços identitários que, em meados do século XX, no arranque dos movimentos transformadores do pós-II Guerra Mundial, traduziam uma continuidade cultural e paisagística rastreável até a, pelo menos, dois séculos antes.

Falecido em 2003, Ferro não mais regressará a São Brás. Mas e se, num clássico exercício contrafactual, voltasse? O que encontraria?

De acordo com dados de 2017¹⁸, em São Brás de Alportel o sector primário empregava 3,3% da população activa, enquanto o secundário representava 32%¹⁹. Concentrando 64,7% da população activa, o sector terciário (maioritariamente comércio a retalho, estruturado em pequenas lojas) constituía – e constitui – o cerne da actividade económica no concelho.

60 anos volvidos sobre o retrato de Gaetano Ferro, consuma-se então uma transição



Roteiro turístico do Algarve, com São Brás de Alportel em destaque nas paisagens interiores, identificando-se uma árvore que poderá mesmo ser a azinheira monumental, classificada como de Árvore de Interesse Público em 1942.

Revista Panorama n.º 14, de Abril de 1943, p. 56

14 - Prista, M. (2011). *Discursos sobre o Passado: Investimentos Patrimoniais nas Pousadas de Portugal*. Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, p. 231.

15 - Victorino, J. G. (2018). *Propaganda e Turismo no Estado Novo*. Lisboa, Alêtheia Editores, p. 385.

16 - Descrição de António Santos, em edição especial da revista *Turismo*, em 1940, conforme post disponível online em Região de Turismo do Algarve, Blog Turismo do Algarve, consultado a 26 de Março de 2021: <http://blog.turismodoalgarve.pt/2011/10/sao-bras-de-alportel.html>

17 - Brites apud Matos, V. e Santos, A. (2013) *Os bons ares do Barrocal algarvio: a tuberculose em ferroviários internados no Sanatório Carlos Vasconcelos Porto*; in: *Promontoria Monográfica História do Algarve 01. Contributo para a História da Saúde no Algarve*. Gambelas, Universidade do Algarve, p. 198.

18 - Gabinete de Estratégia e Estudos, do Ministério da Economia e da Transição Digital.

19 - Em Dezembro de 2019, consumou-se a insolvência da empresa Novacortiça, cujo impacto não se encontra, naturalmente, reflectido neste valor.

completa da economia sambrasense, agora de serviços, abandonando as actividades ligadas à terra. Com isso, e porque a paisagem é gente que se entranha na terra e terra que se entranha na gente, é precisa e primeiramente aí que se inscreve esta reconfiguração das actividades humanas, alterando os padrões paisagísticos por elas moldados. Porque a paisagem é o retrato de um povo, da forma como vive, das relações funcionais e emocionais que estabelece com a sua envolvente e com as forças matriciais e sistemas biofísicos, que das mais variadas formas se manifestam. A paisagem é, no fundo, a afirmação espacial e material de uma Cultura.

Uma das traduções mais óbvias desta cultura contemporânea é o abandono de sistemas tradicionais de produção, destacando-se na serra os sobreirais em regressão – o sector corticeiro agoniza rumo ao desaparecimento – e, no Barrocal, os campos agrícolas em abandono ou substituição por usos radicalmente diferentes, dissociados do fundo de fertilidade. Não obstante as actividades costumadas resistirem ainda residualmente, como complementos de economias domésticas ou mera carolice, não estruturam já a matriz paisagística, constituindo antes fragmentos de memória.

O aumento populacional verificado no arranque do século XXI concentrou os seus efeitos na edificação. Entre 2001 e 2011, a população residente em S. Brás aumentou 6%, fenómeno acompanhado por um aumento do parque imobiliário na casa dos 15%, o que levou, inclusivamente, a que o concelho fosse identificado, no âmbito dos Censos, como especializado em “Construção”. O concelho

consolidou-se como um dos principais dormitórios dos núcleos urbanos vizinhos com maior atractividade, como Faro. No Plano de Mobilidade e Transportes daquele Município, em 2014, São Brás surgia como o 3.º município algarvio (atrás de Olhão e Loulé) que mais contribuía para as entradas de movimentos pendulares de população activa na capital algarvia, com cerca de 10% do volume total. Só para Faro fluía então, diariamente, um número que corresponde a perto de 20% da população activa sambrasense.

Nesta nova arquitectura de relações estruturais e funcionais, rompendo-se laços identitários seculares e interrompendo-se o *ethos* telúrico sambrasense, quais são então as bases para a construção do futuro destas paisagens? Que dinâmica terão? Que cultura traduzirão? E inserido, sem massa ou análise crítica, nas fátuas tendências de padronização normalizadora de um Algarve que é cada vez mais um produto genérico e menos uma região com identidade inequívoca, que papel caberá ao concelho de São Brás de Alportel no contexto regional?

Traduzirá a própria conversão do *slogan* de promoção municipal para “*Onde viver sabe bem*”, em detrimento do anterior “*Entre a Serra e o Mar, o seu microclima*”, um foco total num vago imediatismo sensorial, deslocando-o da essência da identidade sambrasense, para construção de uma “*persona territorial*”?

Questões para interessante reflexão conjunta, no desenho do nosso futuro comum, “nestes ermos, ouvindo a voz das fontes”, como Bernardo de Passos nos ensinou a fazer.

Gonçalo Duarte Gomes

Por vontade expressa do autor, o presente texto é escrito em desacordo ortográfico.

BIBLIOTECA MUNICIPAL “DR. MANUEL FRANCISCO DO ESTANCO LOURO”

2001-2021

Na década de 90 do século XX, o executivo da autarquia são-brasense, sendo presidente o Dr. José de Sousa Pires e estando o pelouro da cultura à responsabilidade da Dr.ª Nídia Amaro, planeou a criação e a modernização de vários equipamentos culturais. A criação de uma biblioteca municipal foi uma das decisões tomadas, mas que levou alguns anos a ser concretizada, pois os obstáculos a ultrapassar foram vários: adquirir um espaço, projetar e construir o edifício, mobilar de acordo com as especificidades técnicas, adquirir um fundo documental inicial diversificado e contratar técnicos com formação na área da biblioteconomia.



Antiga moagem de cereais que deu origem ao atual edifício da Biblioteca Municipal

No espaço antes ocupado por uma moagem, no coração do centro histórico da vila, com porta para a antiga “calçadinha romana” e tendo como horizonte a linha longínqua do mar, ergueu-se o edifício da futura biblioteca.

A 1 de Junho de 2001, dia do Município de São Brás de Alportel, a Biblioteca Municipal abriu as portas ao público pela primeira vez e, nesse dia, registou os primeiros leitores.

Foi criada a primeira biblioteca municipal moderna da beira-serra algarvia, pública e gratuita, que disponibilizava livros, discos, filmes, jornais e revistas, para todas as faixas etárias, e dava acesso a computadores e serviços de internet.



Atual edifício da Biblioteca Municipal Dr. Manuel Francisco do Estanco Louro

Em São Brás de Alportel, antes da criação desta primeira biblioteca pública, já no dealbar do século XXI, há que referir o papel desempenhado por outras bibliotecas. Uma das mais antigas foi a biblioteca da Sociedade 1.º de Janeiro, que disponibilizou aos seus sócios os livros mais afamados à época e as primeiras edições dos autores são-brasenses. Mais tarde, foi criada uma biblioteca na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Esta biblioteca emprestava os livros que recebia de variadas ofertas. O seu fundo documental atual é constituído por coleções que retratam o gosto de leitura de diferentes gerações. Nos anos 70 do século XX, a Biblioteca Itinerante da Gulbenkian alimentou a paixão pela leitura em São Brás de Alportel e é recordada com nostalgia pelos leitores adultos que hoje frequentam a Biblioteca Municipal.

A história da leitura em São Brás de Alportel e o impacto destas bibliotecas na sua promoção ainda está por estudar. Este estudo terá que recuar ao século XIX, investigando-se o papel que as farmácias locais tiveram na circulação de notícias veiculadas por jornais e edições modernas à época, assim como as bibliotecas privadas de algumas famílias. A investigação poderá ainda alargar-se ao papel das tabernas na divulgação da poesia popular, das narrativas orais e das informações noticiosas, contadas ou lidas em voz alta para um público sedento de novidades e, também, o papel da leitura em voz alta e da narrativa tradicional no seio familiar.

O prazer da leitura e o hábito de a procurar em bibliotecas já estava enraizado em algumas pessoas. Por este motivo, a Biblioteca Municipal definiu como prioridades orientar a sua ação de formação para a leitura entre as crianças e



Inauguração da Biblioteca Municipal em 1 de junho de 2001

Dr. José de Sousa Pires, Presidente da Autarquia no uso da palavra, na presença de Dr.ª Maria José Moura, Diretora do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Eng.º Fialho Anastácio, Governador Civil de Faro, Dr. João Ventura, Diretor Regional de Cultura do Algarve e outras entidades.



Dr.ª Maria Lucília Estanco Louro, filha de Manuel Francisco do Estanco Louro e Eng.º António Eusébio, Presidente do Município, na cerimónia de atribuição do nome do patrono da Biblioteca em 2003

os jovens e, simultaneamente, ser um local de acesso a todas as manifestações culturais. Para a concretização destes objetivos, tem promovido vários projetos, atividades, iniciativas e contatos.

Entre as primeiras iniciativas, destaca-se a opção pelo trabalho em rede, como meio de ultrapassar as limitações dos recursos disponíveis.

Desde a sua inauguração, a Biblioteca Municipal integra a Rede Nacional de Leitura Pública, através do protocolo entre a Autarquia e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), atual Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). A biblioteca de São Brás de Alportel passou a pertencer ao universo que agrega as bibliotecas públicas do país, beneficiando da normalização técnica, linhas orientadoras para atualização e modernização e dos apoios oferecidos para documentos e equipamentos.

Em 2003, é criada a Rede das Bibliotecas do Concelho, que reúne as bibliotecas existentes em São Brás de Alportel com fundos documentais para empréstimo público, nomeadamente quatro bibliotecas escolares, a biblioteca do Museu do Trajo Algarvio, a biblioteca da Associação In Loco, a biblioteca da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Brás de Alportel, a biblioteca do Centro Infantil António Calçada e a biblioteca do Grupo Desportivo e Cultural dos Machados. Todos os munícipes têm acesso ao empréstimo de documentos do conjunto da rede, desde que inscritos numa delas. Destas oito bibliotecas, seis foram tecnicamente organizadas e informatizadas pela Biblioteca Municipal e as suas coleções podem ser consultadas digitalmente num catálogo único. A rede permite a partilha permanente de todos os recursos documentais, o planeamento de



Local de palestras e encontro com escritores

atividades em conjunto e a interajuda entre os recursos humanos disponíveis.

A partir de 2004, a nível regional, iniciam-se os esforços para uma futura Rede das Bibliotecas do Algarve (BIBAL). A Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel orgulha-se de ter sido uma das bibliotecas que liderou a sua criação desde a primeira hora. Esta rede prepara a criação de um cartão único de leitor e de um catálogo coletivo de todas as bibliotecas municipais e universitárias da região, a disponibilizar numa plataforma digital comum. Atualmente, já partilham os documentos que existem nos acervos de cada uma, através do serviço de empréstimo interbibliotecas, organizam atividades culturais e planeiam o desenvolvimento dos serviços das bibliotecas em prol da região do Algarve.

O executivo autárquico, liderado pelo Eng.º António Eusébio e tendo a dirigir o pelouro da cultura o Dr. Vítor Guerreiro, tomou a decisão de atribuir o nome de Manuel Francisco do Estanco Louro como patrono da biblioteca municipal. Esta decisão foi do agrado geral de todos os municípios e associa a biblioteca municipal à figura de um ilustre são-brasense, que pautou a sua vida por valores éticos elevados e dedicou todo o seu tempo ao ensino e à investigação. A sua obra central, *O Livro de Alportel*, é um marco no desenvolvimento científico da etnologia e importante no âmbito dos estudos algarvios. Rigor, inovação e ética são os princípios legados pelo patrono à atual biblioteca, sublinhados na cerimónia oficial, a 8 de novembro de 2003.

A partir de 2005, acompanhando o desenvolvimento populacional e os novos estilos de vida predominantes na vila, decorrentes da fixação de jovens casais com filhos que trabalham fora do concelho, e apenas podem usufruir dos serviços disponibilizados ao fim de semana, a biblioteca procurou meios de ir ao encontro desta população e dos seus ritmos de vida. A opção era sair para fora das suas portas, de modo a facilitar o acesso aos livros de lazer e divulgação. Surgem assim as iniciativas “Livros sobre Rodas”, “Cafés com Livros” e “Biblioteca Fora de Si”.

O projeto “Livros sobre Rodas” visa formar leitores entre os mais pequenos, pelo prazer de manusear e escolher livremente os livros, deixando-se encantar por eles. Iniciou com a aquisição de mais exemplares e a atualização

da coleção de livros infantis e, principalmente, fazendo-os chegar com regularidade a todas as crianças das creches, do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

“Cafés com Livros” foi uma iniciativa que levou os livros para algumas das pastelarias da vila com maior afluência de público. Esta ideia ganhou maior amplitude e surgiu a “Biblioteca Fora de Si”, que criou postos fixos de leitura noutros espaços de circulação pública, como cabeleireiros, as piscinas cobertas, o ginásio Fábrica do Fitness, o Centro de Medicina e Reabilitação do Sul, o Mercado Municipal, a Associação dos Bombeiros Voluntários, o Centro de Convívio do Bairro Social e o Centro de Convívio de Paris. Os locais foram variando de acordo com as solicitações das várias entidades e a análise do número de pedidos de leitura.



Promovendo a leitura fora de portas

Todos estes projetos iniciaram com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, ajuda fundamental para a aquisição de um maior número de novidades editoriais que fossem ao encontro do gosto dos leitores de todas as idades.

A continuidade destes projetos deu origem à biblioteca itinerante. Numa primeira fase, partilhando uma pequena viatura com os serviços de veterinária municipal e, mais tarde, em viatura própria, mas ainda não adaptada, levando livros aos sítios da circundante urbana da vila, às escolas e a todos os postos fixos de leitura.

Numa década, a Biblioteca Municipal duplicou-se. Diariamente, respondia às solicitações dos seus utilizadores no interior do edifício e ia ao encontro dos restantes leitores por todo o concelho.

Paralelamente a esta ação de difusão do livro e promoção da leitura, a biblioteca

tem organizado um conjunto de atividades educativas, de promoção cultural ou de apenas entretenimento e convívio, de que destacamos:

– O Clube de Leitura “Ler para Viver” que nasceu com o apoio e o entusiasmo do saudoso João Belchior Viegas. Este ano festeja o 18.º aniversário, resistindo a todos os vaticínios do fim da leitura, reunindo, mais do que um grupo de leitores, um grupo de amigos que gostam de ler e discutir ideias;

– Os Curiosos da História, que estudam e debatem temas da história local e da história do mundo;

– A Hora do Conto para as escolas, dentro e fora do edifício, e para as famílias, aos fins-de-semana. Periodicamente, para os mais isolados e doentes. Em tempo de confinamento, continuou a chegar ao público através da página da biblioteca no facebook;



Ensinando saberes e competências aos mais pequenos



Partilhando saberes e experiências entre os menos jovens

– Os Ateliês de Férias, com uma programação diversificada e divertida, mas pensada em termos de educação cultural dos mais pequenos;

– Exposições, bibliográficas e artísticas, produzidas pela própria Biblioteca Municipal ou recebidas de outras entidades;

– Encontros com escritores e palestras sobre variados temas;

– O Ateliê Linhas & Letras dirigido a mulheres que gostam das artes com agulhas e de conviver, conversar e ler;

– Espetáculos de música, teatro, declamação e narração.

Todas estas atividades visam a promoção cultural e a aprendizagem, ao mesmo tempo que criam momentos de partilha e conforto na biblioteca ou através da sua ação junto de outras entidades, fora do espaço da biblioteca.

A proteção e a promoção do património local é outra das áreas de intervenção e preocupação da Biblioteca Municipal. Proteger as raízes, a

memória, o que explica o que somos e porque somos – a língua, as tradições, os saberes e as crenças. Dar a conhecer os que criaram e inovaram e os trilhos e as circunstâncias do passado. Proteger este património registado em livros, estudos e memórias, preservá-lo, mas sobretudo divulgá-lo, tem sido um esforço ao longo dos anos. Para concretizar esta missão, criou o fundo de autores locais e autores algarvios, recebeu e acondicionou alguns espólios, que integram volumes de bibliotecas pessoais, nomeadamente de Roberto Nobre, de João Belchior Viegas, de Maria Manuel Valagão, de Fátima Rosado, de João Pires da Cruz, a coleção de livros sobre arte de Pedro Paços d'Arcos, o espólio de manuscritos de Estanco Louro e avulsos do arquivo particular de Júlio Negrão. Numa ação conjunta com o Museu do Trajo Algarvio, iniciou a Biblioteca Digital que disponibiliza o acesso em linha a algumas obras de autores são-brasenses e algarvios.



Preparando as gerações futuras

A cooperação com outras entidades locais e regionais também é valorizada como estratégica. A biblioteca realiza várias atividades conjuntamente com outras entidades e serviços, dos quais destacamos o Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas. Em parceria com as bibliotecas escolares planeia anualmente atividades, como a feira do livro, encontros com escritores, concursos literários, exposições, entre outras. Cooperar com o Centro de Educação Ambiental – Quinta do Peral; os Serviços de Ação Social do Município, junto de grupos mais idosos ou mais isolados do concelho; a Clínica Siipemor; a Santa Casa da Misericórdia e o Centro Infantil António Calçada; a Junta de Freguesia; o Centro de Medicina de Reabilitação do Sul e o Museu do Trajo Algarvio.

Regionalmente, principalmente através da Rede de Bibliotecas do Algarve (BIBAL), coopera com todas as bibliotecas municipais e procura dar resposta a todos os pedidos de entidades da região.

Passados estes 20 anos, a Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel é, hoje, uma das bibliotecas municipais da região do Algarve com elevada taxa de leitura. Dos 500 leitores, do seu primeiro ano de abertura, a biblioteca conta hoje com cerca de 5500 inscrições e um movimento de empréstimos anual de cerca de 21 500 documentos. Anualmente, somando leitores, utilizadores dos serviços digitais (internet, impressões, digitalizações), participantes nas atividades culturais e educativas e utilizadores do espaço para estudo

e trabalho, a biblioteca tem uma média de 20 000 utilizações / entradas. O fundo documental da biblioteca, que iniciou com 16 000 documentos, totaliza, hoje, 60 000 documentos.

A imagem de biblioteca pública do passado, que perdura na memória de muitos e continua a ser transmitida ainda hoje, é de uma entidade passiva que, tranquila e silenciosamente, aguarda que alguns leitores se dirijam a ela e não a de um centro que cria atividades, produz informações, investiga, comunica, entrega, interage e, dinamicamente, procura chegar a todos e dar respostas aos seus pedidos.

As bibliotecas são um dos poucos serviços públicos que garante o acesso livre e gratuito à informação, criam um ambiente que proporciona a autoformação ao longo da vida, e educam através de um modelo informal e, como tal, apelativo. As bibliotecas são, por natureza, centros de democracia, com acesso livre a todos os cidadãos, respeitando as diferenças de crença e opinião e credibilizando a informação.

A missão das bibliotecas é uma longa maratona, que recomeça com cada criança que nasce e que deve acompanhar ao longo da vida, respondendo às necessidades intelectuais, espirituais e estéticas de cada etapa. É uma missão nobre e é uma honra poder exercê-la, apesar de muitas vezes incompreendida, pois o essencial da sua ação é invisível e os seus resultados, tal como para um plantador de sobreiros, não são colhidos numa única geração.

O planeamento inicial da biblioteca, baseado nos censos de 1990, com previsões de envelhecimento e lento crescimento da população, não previu o fenómeno contrário e a rápida urbanização de um concelho que à época ainda revelava um perfil rural.

Por outro lado, os serviços prestados e os métodos de trabalho que eram aplicados nas bibliotecas tiveram uma evolução rápida com o impacto das novas tecnologias de informação,

exigindo a criação de novas áreas de ação e a aplicação de novas competências.

Por estes motivos, a Biblioteca Municipal, tal como as suas congéneres, rapidamente atingiu o limite de acondicionamento e preservação de novos documentos, apesar dos investimentos e melhoramentos feitos. Para responder a todas as novas áreas de intervenção referidas, como a sua atividade social, a produção de conteúdos e a comunicação digital, a investigação e a preservação do património bibliográfico, a programação e a gestão cultural, necessita de aumentar a sua equipa com profissionais talentosos e criativos, tecnicamente capacitados para dar resposta aos desafios do século XXI.

Como há 20 anos, a Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel pretende continuar a ser uma casa aberta a todos e um “portal” de acesso ao futuro.

O caminho foi iniciado, é longo e os novos tempos exigem génio e visão.

«As bibliotecas [são] espaços de conexão (...) Com uma particular vocação para ser o lugar das ligações (...) cruzar os livros e as artes, a literatura e a ciência, o impresso e o digital, inventar projetos, acolher novas formas de sociabilidade cultural. Dito de outra forma, o lugar do público (...).»

Michèle Petit

NOVOS AUTORES DESTA EDIÇÃO



DORA NUNES GAGO

Dora Nunes Gago é Professora Associada de Literatura no Departamento de Português da Universidade de Macau (China) e, actualmente, também directora do mesmo departamento.

Doutorada em Línguas e Literaturas Românicas Comparadas pela Universidade Nova de Lisboa (2007), foi professora do ensino secundário, Leitora do Instituto Camões na Universidade da República Oriental do Uruguai; investigadora de pós-doutoramento na Universidade de Aveiro e na Universidade de Massachusetts Amherst (Estados Unidos).

Tem sido investigadora principal de vários projetos, membro do comité editorial de algumas revistas académicas e colaboradora de centros de investigação em Portugal, no Brasil e em França.

Publicou mais de 50 artigos académicos e capítulos de livros, para além dos livros

OLGA GAGO

Natural de São Brás de Alportel, do sítio da Mesquita Baixa, nasceu em fevereiro de 1979.

É licenciada em Estudos Portugueses, tem uma pós-graduação em Ciências Documentais- ramo de biblioteca e documentação, pela Universidade do Algarve.

Trabalha na Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel desde 2003.





GONÇALO DUARTE GOMES

Gonçalo Duarte Gomes, nascido em Lisboa em 1980, sambrasense adoptivo desde 1986, licenciado em Arquitectura Paisagista pela Universidade do Algarve, com percurso profissional desenvolvido desde 2002 nos sectores privado e público, em diferentes áreas de actuação.

Cidadão que tenta estar atento e ser interventivo na reflexão em torno do Algarve, já desempenhou vários cargos em estruturas associativas, a nível nacional, regional e local (Liga para a Protecção da Natureza, Associação Al-Portel, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas), mantendo-se ligado a este sector.

Membro do Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, é orador convidado e moderador em diversos eventos nacionais e internacionais, com artigos de investigação publicados em vários países, escreve regularmente para órgãos de comunicação social da imprensa regional do Algarve e é membro fundador do blog e think-tank algarvio “Lugar ao Sul”.

TERESA OLIVEIRA

Nasceu em Moçambique em fevereiro de 1956.

É licenciada em História, com pós-graduação em Ciências Documentais, pela Universidade do Porto.

Trabalhou no Arquivo Histórico Nacional, em Moçambique, onde coordenou diversos projetos. Foi professora do ensino secundário e trabalha como bibliotecária na Biblioteca Municipal de São Brás de Alportel desde abril de 2001.



SBA • REVISTA DE CULTURA

DIRETOR

José d'Encarnação

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José do Carmo Correia Martins
José Manuel Antonino Belchior

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

César da Luz Dias Correia
Dora Nunes Gago
Francisco Dias Neves
Gonçalo Duarte Gomes
José Amândio Afonso Pereira
José d'Encarnação
José do Carmo Correia Martins
José Manuel Antonino Belchior
Júlia da Graça Guerreiro Dias Neves
Olga Gago
Teresa Oliveira
Virgílio Martins

CAPA

José Amândio Afonso Pereira

PAGINAÇÃO

Telma Clara

TIRAGEM

160 Exemplares

PERIODICIDADE

Semestral

N.º DE REGISTO NA ERC

127504

PROPRIETÁRIO/EDITOR

José do Carmo Correia Martins
as1646267@sapo.pt

SEDE & REDAÇÃO

José do Carmo Correia Martins
Sítio do Farrobo, 956 A
8150-032 São Brás de Alportel

IMPRESSÃO

Pixartprinting
Via 1º Maggio, 8
30020 Quarto d'Altino VE
Itália



ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ AMÂNDIO AFONSO PEREIRA